

AGORA
FENAE

Abismo social

Menores e idosos estão abandonados

FENAE AGORA - edição 25 - ano 4 - nº 1 - fevereiro de 2001 - distribuição gratuita

Pág. 10 Processo de desmonte na
Caixa aumenta a cada dia

Pág. 34 Poluição ambiental invade
as grandes cidades brasileiras

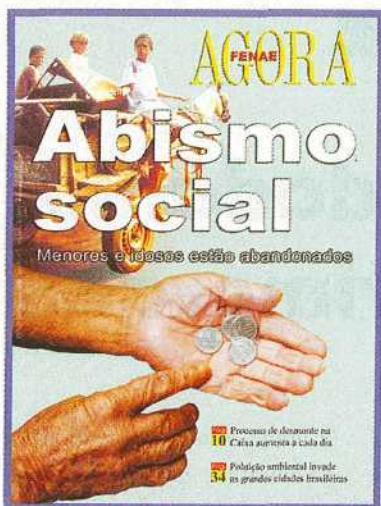
“Que ela não perca nunca, não importa em que mundo. Não importa em que circunstâncias, a sua infinita volubilidade de passaro”

Hoje **Mulher** Sempre

8 de março,
dia internacional
da mulher



FENAE



Capa: Um país sem presente para os idosos e sem futuro para as crianças
Pág. 14



Foz do Iguaçu e suas magias
Pág. 26



No Brasil, o pobre
 paga mais impostos
 que os ricos
Pág. 8

AGORA FENAE



- 7** "O grande partido", por Jânio de Freitas
- 13** Recursos não chegam aos mais carentes, diz Fernando Nogueira da Costa
- 22** Medicina alternativa e cultura popular
- 25** Paulo Paim lembra que a meta constitucional é de 500 dólares para o salário mínimo
- 29** Sambista do Estácio criou a expressão "escola de samba"
- 32** Tarik de Sausa fala de "pérolas preciosas do samba"
- 33** O jogo de gamão resiste ao tempo
- 34** O lixo ainda é um grande problema

A Caixa Econômica
 Federal completa 140
 anos e atravessa o
 pior momento de sua
 tradicional história
Pág. 10



Capoeira, a ginga da liberdade
Pág.30

Publicação da FENAE
Federação Nacional das Associações do
Pessoal da Caixa Econômica Federal

Administração e redação:

Setor Comercial Sul, quadra 1, bloco C, nº 30,
edifício Antônio Venâncio da Silva, 5º andar,
Brasília/DF, CEP: 70395-900,
Telefone: (061) 323 7516- Fax: (061) 226 6402
Homepage: WWW.fenae.org.br
E-mail: fenae@fenae.org.br

Diretoria executiva

Presidente:

Carlos Borges

Vice-Presidente:

José Carlos Alonso

diretor Financeiro:

Pedro Eugênio Leite

Diretor de Relações no Trabalho:

Antônio Bráulio de Carvalho

Diretor Administrativo:

Vaumik Ribeiro da Silva

Diretor de Esportes:

Jorge Peixoto de Mattos

Diretora Cultural:

Aparecida Diniz

Diretor Emérito:

Orlando César

Diretora Primeira Suplente:

Erika Kokay

Conselho Fiscal:

Ozair Cataldi

Bernadete de Aquino

Francisca de Assis da Silva

Suplentes:

Jorge Cruz Marçal

Francisco Astrogildo Cruz

José Marcos de Almeida Costa

Conselho Deliberativo Nacional:

Presidente:

Valmir Gongora

Vice-Presidente:

Fernando Sousa de Mello

Secretário:

Marcos Aurélio Saraiva

Edição e redação:

Antônio José Reis, Evandro Peixoto e Marcio

Achiles Sardi

Colaboradores:

Jânio de Freitas, Tárík de Sousa, Paulo Paim e

Fernando Nogueira da Costa

Designer e Ilustração:

Lisarb Sena de Mello

Impressão:

Bangraf

Tiragem desta edição 75 mil exemplares

Os artigos assinados são de responsabilidade dos
seus autores. As matérias podem ser
reproduzidas, desde que citada a fonte.

Distribuição gratuita

Luta pela cidadania deve ser aprimorada

A política econômica do governo Fernando Henrique Cardoso tem dado prioridade ao pagamento das dívidas interna e externa, dentro do modelo proposto pelo FMI, e isso traz impacto desastroso no funcionamento de toda a economia nacional. O desemprego, a miséria, a ruína dos serviços públicos e a marginalização permanente de crianças e idosos retraíram a realidade de um Brasil excluído da modernidade, como decorrência direta da falta de investimentos na área social.

De um lado, o futuro - representado pelo mundo infantil - está ameaçado. De outro, os idosos - como parte de um presente alicerçado na injustiça - também estão abandonados. As soluções para acabar com esse abismo social existem. Uma das quais é tratar com maior seriedade e responsabilidade o sistema previdenciário no país, que deve ser destinado a assegurar condições dignas de sobrevivência para milhões de trabalhadores que chegam ao momento de se aposentar. Daí que, ao lado da Previdência oficial, a Previdência complementar se impõe como necessidade premente.

Nos últimos meses, o cerco aos fundos de pensão pelo governo tem sido sinônimo do decreto 3.721/01. Esse decreto, inclusive, é exemplar de um método autoritário de gestão. Contra isso, os participantes dos fundos de pensão vêm se organizando em todo o país.

O modelo neoliberal também deve ser contestado na esfera tributária. É que, pelas regras atuais, a mordida do Leão tem provocado - por paradoxal que seja - mais dor na parcela da sociedade que ganha menos. Essa sangria se volta ainda para a Caixa Econômica Federal, cujo processo de desmonte se dá em ritmo acelerado. Nesse particular, a pressa é tanta que parece ter sido riscado do mapa o estudo sobre reestruturação dos bancos

públicos federais, encomendado à consultoria estrangeira Booz Allen & Hamilton.

Embutida nessa armadilha está a poluição ambiental, causada pelo acúmulo de lixo nas grandes cidades brasileiras.

A questão do salário mínimo, cada vez mais baixo, é outro sinal evidente da política antipopular do governo federal. Nesse quesito, a Constituição do país recomenda um teto de pelo menos US\$ 500,00.

No entanto, como toda realidade possui dois lados, esta edição da revista FENAE AGORA está carregada de beleza e lirismo. Prova disso são a exuberância de Foz do Iguaçu, a cura dos males do corpo e da alma pela medicina alternativa e a liberdade proporcionada pela ginga nas rodas de capoeira.

Daí a importância de aperfeiçoar ainda mais a luta pela cidadania no país chamado Brasil.

Previdência
no Brasil
é para ser
tratada com
seriedade

Tudo sobre a sétima arte

Festivais e estréias de cinemas, bastidores da sétima arte e críticas de filmes. Tudo isso está à disposição dos cinéfilos (inveterados ou não) em:

www.cinepanoramica.com.br.

Trata-se de uma revista eletrônica com informações variadas. Nela, o internauta pode ficar sabendo, por exemplo, que o filme Hannibal, sequência de Silêncio dos Inocentes, atingiu em dez dias de exibição o patamar de US\$ 100 milhões nas bilheteiras americanas.



"Ter dúvidas é saber"

A frase acima é utilizada como incentivo à busca pelo esclarecimento de dúvidas sobre a língua portuguesa. É a primeira do texto de apresentação do site

www.ciberduvidas.com.

Mas atenção: o idioma em questão é o português de Portugal.



A busca pela acupuntura

O que é e para que serve a acupuntura? Se você se interessa pelo assunto, o endereço para mais informações é www.acupuntura.org. O site trata também de áreas correlatas, como dor, lombalgia e envelhecimento. E traz, inclusive, a história da medicina chinesa.



Foto: Susana Abreu



Foto: Enio Leite

Gosto pela imagem

O endereço www.cotianet.com.br/photo oferece uma seção com os grandes fotógrafos e uma galeria virtual com trabalhos de profissionais brasileiros. O site mostra como descobertas distintas, no campo da ótica e da química, propiciaram o aparecimento da fotografia no século XIX.

Fique de bem com o leão

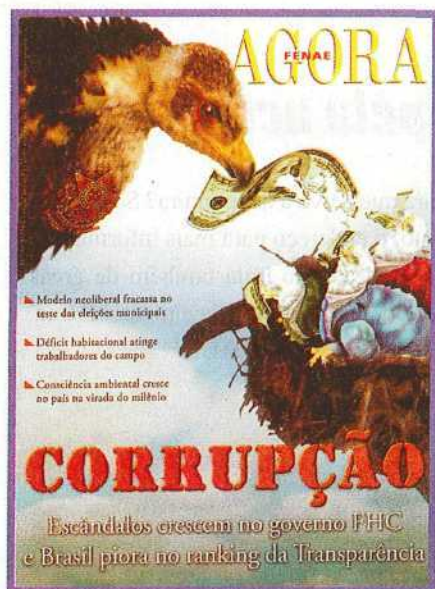
Para fazer a declaração do Imposto de Renda pela Internet o endereço para pegar é

www.receita.fazenda.gov.br.

O site oferece também outros serviços para pessoa física, como recadastramento do CPF, declaração de isento e dados sobre restituição.



Foto: Augusto Regis



Fidelidade

Sou missionário católico e um leitor fiel da revista FENAE AGORA, que chega ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Nordestina, na Bahia. Minha atuação social tem sido bastante incrementada pelas matérias da publicação de vocês. Meu trabalho na área rural é com famílias carentes do sertão.

Gregório dos Santos Silva
Nordestina (BA)

Interesse

Ao tomar conhecimento da revista FENAE AGORA, constatei que seu conteúdo é de vital importância e proveito para o meu dia-a-dia. Isto porque a publicação contém assuntos de grande interesse da população brasileira, como educação, tecnologia, cultura, marketing etc. Parabênz a competente equipe pelo ótimo trabalho na produção visual/gráfica, na qualidade editorial e na seriedade dos temas abordados.

Leonardo Andrade de Barros
Campina Grande (PB)

Educação

Sou professor da série quinta a oitava do ensino fundamental, no município de Arame, no Maranhão. Ao ler um dos exemplares da FENAE AGORA que, por caso, chegou às minhas mãos, gostei bastante dos assuntos que a revista divulga.

Raimundo Silva
Arame (MA)

Missões

Sou professora do ensino fundamental, onde leciono História e Geografia. A revista FENAE AGORA é um rico material para quem, como eu, se interessa pela realidade sócio-econômica do país. Uma das edições de que mais gostei foi a que abordou o assunto das "Missões: apogeu e queda do sonho Guarani", no ano passado. Ou seja, o material da revista é muito bom.

Clélia Maria Iten Bittelbrunn
Blumenau (SC)

Variedade

Acabei de ler um exemplar antigo da revista FENAE AGORA e achei-a muito boa. Trata-se de uma publicação de qualidade, com variedade de assuntos importantes.

Vera Lúcia
São Paulo (SP)

Qualidade

Minha esposa trabalha na Caixa Econômica Federal, no Rio de Janeiro, e, por seu intermédio, tenho tido acesso a FENAE AGORA. Vocês estão de parabéns pela qualidade da publicação e pela linha editorial que têm seguido. Sempre foi um grande prazer ler essa revista, principalmente os artigos de meu amigo e conterrâneo Aloysio Biondi (ambos somos de São José do Rio Preto - SP). Foi, sem dúvida, uma perda lastimável a sua morte.

Gostaria de parabenizá-los pela publicação. Na edição número 23, no ano passado, interessei-me pela matéria sobre a água, que é um assunto sobre o qual venho trabalhando. Muito tem sido escrito sobre a água, ultimamente. Contudo, na maior parte das vezes, o enfoque é todo centralizado sobre as águas superficiais, em particular rios e lagos. Pouco se fala sobre a água subterrânea, que totaliza 97% de toda a água potável disponível para consumo humano. Na verdade, a água subterrânea é um grande mistério: ninguém vê, ninguém importa. Pouco se fala e quando isso acontece, quase sempre vem recheado de conceitos errados, inclusive nos livros didáticos que estão sendo usados para ensinar nossos alunos.

Procurando contribuir um pouco para remediar este desconhecimento, estou lançando uma homepage que aborda praticamente todos os aspectos importantes sobre o recurso água subterrânea.

O endereço é o seguinte:
www.meioambiente.pro.br.

Eurico Zimbres
Rio de Janeiro (RJ)

A seção "Dos Leitores" é o espaço de opinião do leitor.

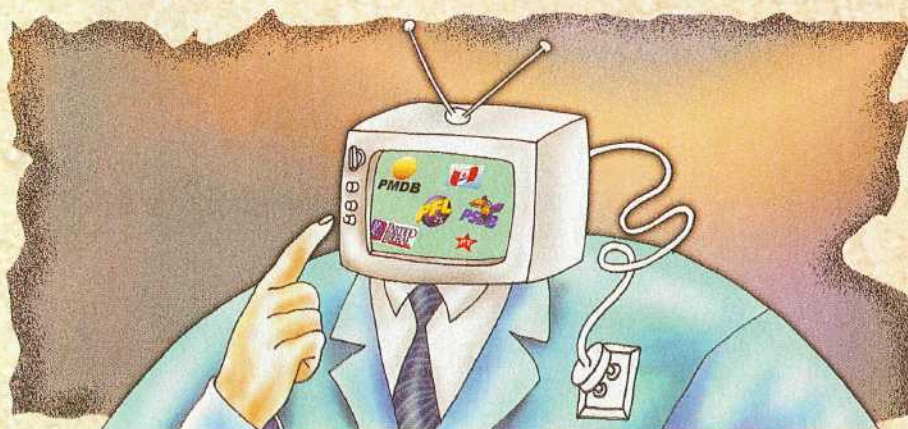
FENAE AGORA se reserva o direito de resumir as cartas, sem prejuízo do conteúdo. As correspondências devem ser devidamente identificadas (assinatura e endereço).

O grande partido

Já estamos em plena corrida pela sucessão presidencial, por mais que brigas no Congresso e lutas internas nos partidos pareçam com outras origens e finalidades. Mas os muitos fatores que comprometem a limpidez eleitoral, pilar dos regimes democráticos, continuam mais do que intocados: são protegidos, por diferentes forças e de diferentes modos.

Os três mais graves, com níveis prejudiciais que se equivalem e se associam, começam pela precariedade do Judiciário para exercer a fiscalização que lhe compete e realizar com agilidade os julgamentos necessários. Segue-se a influência, quase sempre decisiva, do dinheiro com que empresários privilegiam determinados candidatos, garantindo por antecipação as facilidades lucrativas do amanhã, de muitos amanhãs. E, complemento do trio, a falta de ética da mídia no seu empenho de manipular o eleitorado.

Por muito tempo, o Exército foi o maior partido político no Brasil. Não se dissolveu como partido ou, pelo menos, não há motivo para acreditar-se que o tenha feito. Mas retirou-se da cena. E, com isso, criou uma oportunidade extraordinária para o regime democrático. A mídia bloqueou a oportunidade.



Subserviente ao partido militar enquanto este existiu, a mídia aproveitou-se do vazio e o ocupou. O conjunto formado por jornais, tvs e revistas forma, desde a campanha eleitoral que terminou com a vitória de Collor, o maior partido político brasileiro e o único com influência consistente na opinião pública, logo, no eleitorado.

Jornais, tvs e revistas da chamada "grande imprensa" apresentam-se como independentes, do ponto de vista político. Com independentes querem dizer também, ou sobretudo, imparciais.

São comuns, em época eleitoral, os editoriais propalando a imparcialidade. Mas o favorecimento dessa mídia imparcial a candidatos não encontraria, pelo mundo afora, exemplo mais escandaloso e indigno do que sua influência decisiva nas eleições de Collor e de Fernando Henrique Cardoso.

Seria mais ético e menos

desonroso, pelo menos isso, se a mídia adotasse a franqueza de comunicar aos leitores/espectadores a definição de preferência entre os candidatos. Já que nada cria e tanto imita de jornais, tvs e revistas dos Estados Unidos, bem que a mídia brasileira poderia imitar a mídia americana na explicitação da preferência eleitoral, quando existe. Mesmo jornais encasacados e engravatados como The New York Times o fazem e não perdem com isso, antes ganham com a franqueza em vez de farsa.

Candidato que se preze, na sucessão presidencial, terá que desenvolver um esforço de vigilância e resistência, para diminuir a manipulação a que se veja submetido. Cada eleitor, idem.

Jânio de Freitas,
Jornalista

A mordida dói mais em quem ganha menos

Injustiça está na regressividade do modelo tributário do país

O Imposto de Renda é tido pelos especialistas em tributação como um instrumento capaz de promover a redistribuição da renda nacional, desde que utilizada a técnica tributária adequada à efetivação do imposto progressivo. O princípio da progressividade tem por base a tributação diferenciada, com alíquotas diversas.

No entanto, a tributação direta



Ricardo Berzoini (PT-SP)

dos rendimentos, no Brasil, está longe daquilo que se pode ter como parâmetro de justiça. O Imposto de Renda da pessoa física possui apenas duas faixas, de 15% e 25%, esta última aumentada para 27,5% com a edição do pacote fiscal de outubro de 1997. A elevação da alíquota deveria durar apenas dois anos, mas acabou sendo prorrogada para dezembro de 2002. O chamado pacote 51 promoveu um forte arrocho no segmento social de renda média.

Além disso, essas faixas de rendimento não vêm sendo corrigidas há cinco anos, para efeito de retenção de imposto sobre a renda. Assim, ano a ano, há um aumento da carga tributária real do contribuinte. Muitos dos que ganhavam R\$ 900,00 em 1996 e eram isentos de retenção do Imposto de Renda na fonte, tiveram correção de salários pela inflação e passaram a ter seus rendimentos tributados. Pelo mesmo motivo, outros mudaram da faixa de 15% para a de 27,5%, sem que sua capacidade contributiva tenha, de fato, aumentado.

Tramita no Congresso um projeto de lei do deputado Ricardo Berzoini (PT-SP), que promove a atualização monetária das faixas já existentes e assegura a correção anual das mesmas. O projeto propõe ainda a criação de uma nova

faixa para os rendimentos mensais superiores a R\$ 9.600,00, na qual incidiria uma alíquota de 35%. Para Berzoini, "é essencial que aqueles contribuintes com rendimento muito acima dos padrões da própria classe média tenham alíquota superior, a fim de que não se perca o conceito da progressividade frente à capacidade contributiva de cada cidadão".

Tratamento igual para pessoas desiguais

No Brasil, o pobre acaba pagando, em termos reais, mais impostos do que o rico. Isso se deve à grande carga tributária invisível, a dos chamados impostos indiretos, que é repassada aos preços dos produtos e onera de forma mais acentuada as pessoas de menor renda.

Esse caráter injusto do sistema tributário brasileiro é apontado em recente estudo do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). Os dados demonstram bem o tamanho da injustiça que é praticada com os impostos incidindo de forma igual para as diferentes camadas sociais: os mais pobres gastam 26,48% da sua renda com o pagamento de impostos indiretos, enquanto os mais ricos gastam apenas 7,34%.

Juntando-se os percentuais gastos em impostos diretos e indiretos, fica ainda mais acentuada a regressividade do sistema tributário adotado no Brasil. De acordo com o Ipea, quem ganha até dois salários mínimos gasta 29,19% da sua renda com impostos, enquanto quem ganha mais de 30 salários mínimos gasta apenas 17,98%.

Reforma entra em pauta

A equipe econômica do governo pretende enviar ao Congresso, ainda em

março, um novo projeto de emenda constitucional com a reforma tributária. Essa é uma das prioridades anunciadas pelo Palácio do Planalto após a eleição das mesas diretoras da Câmara e do Senado.

Mas não é pelo aspecto distributivo que o assunto deve entrar em pauta. Tendo-se por base a mensagem enviada ao Congresso pelo presidente da República, a reforma que se pretende fazer diz mais respeito às metas do governo no campo econômico do que no social.

Embora seja uma das causas da elevada concentração de renda no país, o aspecto distributivo da questão tributária não tem recebido grande atenção

nas discussões que envolvem o assunto. O alerta é do economista Paulo Nogueira Batista Jr., para quem os impostos sobre a propriedade são "modestos" e o Imposto de Renda representa uma progressividade "muito suave". Entre as injustiça da tributação no Brasil, o econo-

mista destaca ainda o grande peso dos impostos indiretos na arrecadação; o fato desses impostos indiretos onerarem mais os setores de baixa renda; e as variadas formas que os contribuintes de renda e patrimônio mais altos encontram para escapar da tributação.

Na oposição ao governo, especialmente no Partido dos Trabalhadores (PT), a alteração do caráter regressivo do sistema tributário é tida como motivo maior para a reforma tributária no país. Na sua proposta, o PT quer, entre outras coisas, tornar obrigatória a progressividade para todos os impostos patrimoniais (IPTU, ITR, IGF, Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis, Imposto sobre Transmissão "Causa Mortis" e Doação e IPVA). Defende também uma maior seletividade no ICMS (menor tributação nos produtos de consumo popular) como forma de dar maior progressividade ao imposto indireto.

Impostos indiretos oneram mais os segmentos de baixa renda

Respeitem meus 140 anos

A Caixa Econômica Federal pede socorro à sociedade

A Caixa Econômica Federal está entre as mais antigas e tradicionais empresas do país, com 140 anos de existência, completados em 12 de janeiro último.

Nesse quase um século e meio, foi, de longe, o banco mais próximo do cidadão de menor poder aquisitivo. Sua história é a de uma instituição voltada para o desenvolvimento econômico e social do país. A moradia popular, o saneamento básico, a caderneta de poupança e o atendimento ao trabalhador marcaram a sua trajetória, estabelecendo estreitos laços entre empresa e sociedade.

Mas nada disso parece ter importância para o atual governo. Por obra e graça da política neoliberal, de desmonte do Estado, a Caixa vem se distanciando rapidamente do banco social e popular que sempre foi. Está sendo desfigurada, destruída.

O desmonte se dá em ritmo acelerado, através de sucessivos programas e de medidas anunciadas a todo instante por aqueles que comandam a empresa em nome do governo e de seus aliados políticos. A pressa é tanta que nem se ouve mais falar no estudo sobre reestruturação dos bancos públicos, encomendado à consultoria estrangeira Bozz Aliem. As audiências públicas que seriam convocadas para discutir o futuro dessas instituições foram deixadas de lado, ficando limitadas apenas ao acesso ao trabalho da consultoria pela Internet.

Bancários e clientes sofrem consequências

Dos 103 mil trabalhadores em atividade hoje na Caixa, apenas 55 mil são empregados do quadro de carreira. Os demais são prestadores de serviços terceirizados e estagiários. Esse pessoal, que hoje representa cerca de 47% do quantitativo, há 10 anos representava apenas 19%.

A terceirização de serviços já atinge praticamente todos os setores da empresa, inclusive as atividades-fim, onde deveriam ser utilizados apenas bancários. Os estágios, por sua vez, não passam de um instrumento a mais para a superposição fraudulenta de mão-de-obra, de tantas que são as suas irregularidades.

Os profissionais da empresa estão cada vez mais acuados. Suas condições de trabalho se deterioraram, seu padrão de vida cai acentuadamente e são empurrados para fora da instituição. Tornaram-se freqüentes os planos de "demissão voluntária" e também as demissões sem justa causa.

Além de ameaçar a quem está empregado, a terceirização em larga escala resulta em sobrecarga de trabalho para os bancários, em queda na qualidade do atendimento e em risco para o sigilo e a segurança das operações realizadas.

A Caixa adotou também a chamada segmentação, que consiste em selecionar clientes e eliminar usuários, reduzindo o atendimento nos caixas e aumentando a área de autoatendimento. O público indesejado está sendo desviado para as lotéricas. Na porta das agências, foi montado um verdadeiro aparato para a depuração da clientela. Bancários até então educados para uma forma de atendimento mais adequada a um banco de perfil social, receberam a constrangedora tarefa de barrar as pessoas na porta das agências e determinar quem e como será atendido. Há ainda o projeto Pop-banco, em fase inicial de implantação em São Paulo. A idéia é utilizar também as padarias para a descarga de serviços antes feitos nas agências bancárias, como abertura de contas, depósitos e saques.



Com o aumento de serviços nas lotéricas, aumentaram também os assaltos

Clientes são enxotados das agências

A transferência de serviços para as lotéricas e, agora, para as padarias, com o intuito de selecionar a clientela e afastar usuários, não representa apenas uma agressão à cidadania daqueles que estão sendo enxotados das agências. Coloca em risco a integridade física e a própria vida dessas pessoas.

É que faltam nas unidades lotéricas e nas panificadoras as condições mínimas de segurança para a prestação de serviços tipicamente bancários. Para o presidente da Fenae, Carlos Borges, a comodidade de atendimento à clientela da Caixa, cujo perfil é de baixa renda, deve ser perseguida sempre. Mas, a seu ver, "é necessário que as medidas nesse sentido estejam associadas à questão da seguran-

ça, à garantia do sigilo e à oferta de crédito para as micro, pequenas e médias empresas, coisas que não são geridas pelos chamados alternativos bancários".

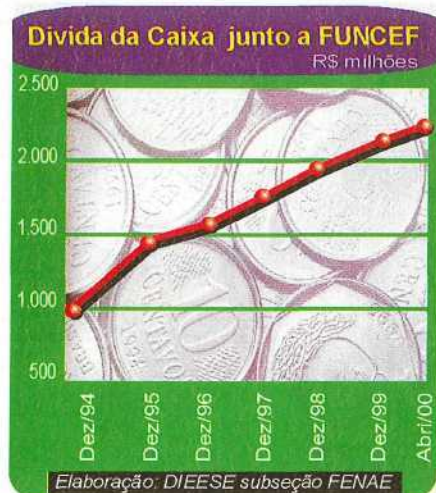
Segundo a Federação Nacional dos Empresários Lotéricos (Fenal), o número de assaltos a lotéricas vem aumentando a cada dia. Em Curitiba-PR, os casos registrados em 2000 foram 50% a mais

do que no ano anterior. Pelos cálculos da Protege, Corretora que administra os seguros dos lotéricos, o aumento em todo o país foi da ordem de 20%.

Para Aldemar Benvindo Mascarenhas, vice-presidente da Fenal, "a Caixa extrapolou o limite da ganância". Segundo ele, o volume de serviços transferidos para as

lotéricas foi muito grande, mas as tarifas pagas pela Caixa foram estipuladas em valores muito baixos.

Lotéricas e panificadoras não têm a mínima segurança



Fundo de pensão também é atingido

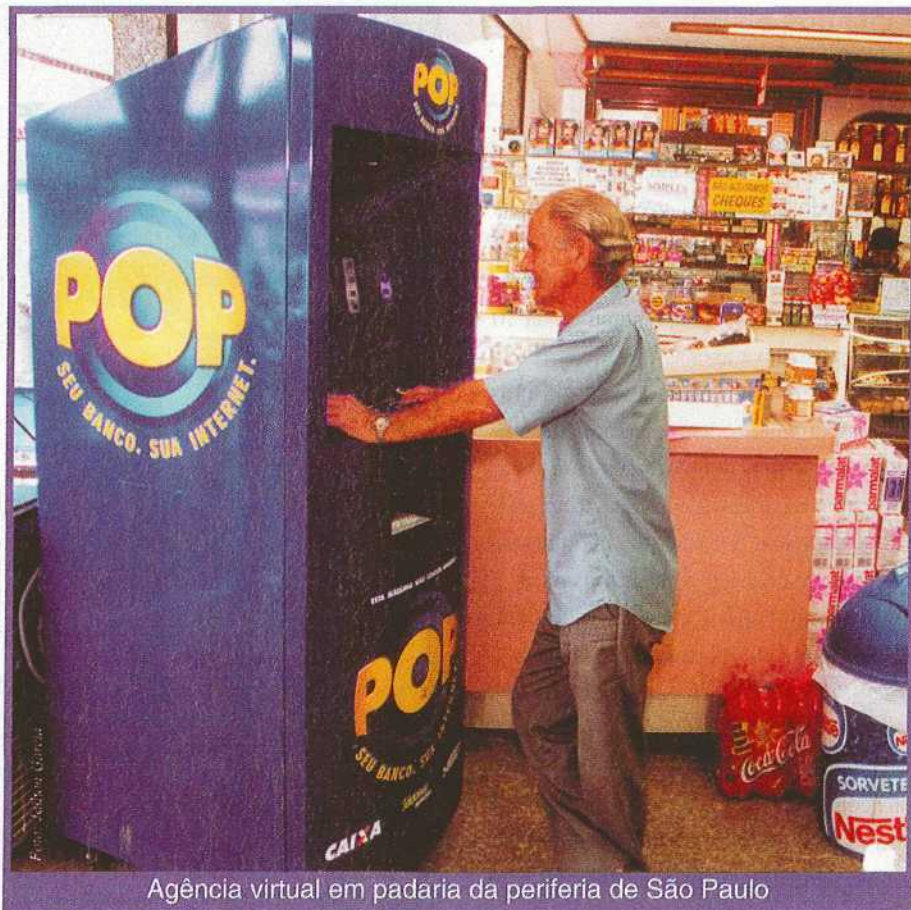
O que está sendo feito na Funcef, o fundo de pensão dos empregados, não deixa dúvida de que o horizonte para a atual direção da Caixa é a privatização da empresa.

Ao mesmo tempo que é imposta a mudança do regulamento, alterando o plano de benefício definido para contribuição definida, está sendo feito também um arranjo muito pouco ortodoxo, envolvendo uma dívida da Caixa com o fundo. Pelo que se está planejando, a dívida de pouco mais de R\$ 2 bilhões será reduzida a menos da metade, como que por encanto.

O calote está sendo viabilizado com a venda das ações da Caixa Seguros (ex-Sasse) pela Funcef. A Caixa força o negócio com o intuito de elevar as reservas do fundo, o que, a seu ver, faria com que o valor de sua dívida fosse reduzido na mesma proporção.

Para as representações dos empregados, a mudança de regulamento da Funcef e a venda das ações da Caixa Seguros para "resolver" o problema da dívida da patrocinadora com o fundo são medidas que procuram deixar a Caixa em melhores condições de ser privatizada.

No fechamento desta edição, o leilão das ações da Funcef na seguradora já havia sido realizado, mas a alienação das mesmas estava suspensa por um liminar obtida na Justiça pela Fenae e o Sindicato dos Bancários de São Paulo.



Agência virtual em padaria da periferia de São Paulo

Popbanco não garante microcrédito

O chamado Popbanco nada mais é do que a instalação de uma agência bancária virtual em padarias. O equipamento leva a marca da Caixa, mas a parte operacional e logística está nas mãos da Netcash, empresa vinculada a um grupo de capital internacional, com a qual foi firmado o convênio. Essa empresa é também a responsável pela estratégia de implantação do projeto.

Até o final de janeiro deste ano, já haviam sido instalados equipamentos em cem padarias da cidade de São Paulo, todos eles em regiões e bairros populares. Durante todo o tempo de funcionamento, há uma pessoa da Netcash para orientar o usuário. A padaria entra com dinheiro para cobrir os saques.

O objetivo do Popbanco, segun-

do o representante da Netcash, é "bancarizar a população pobre". No equipamento, são abertas contas-poupança, são feitos pagamentos, saques, depósitos e outras operações. É oferecido, inclusive, um endereço eletrônico ao cidadão.

A máquina é utilizada também para publicidade e propaganda (venda de produtos e serviços), podendo ainda prestar serviços comunitários e serviços públicos, tudo com ótimas perspectivas de retorno financeiro.

Há quase de tudo nesse arranjo Caixa/Netcash. Só não aquilo que mais se espera dos chamados bancos do povo, que é o microcrédito. A Caixa tirou o corpo fora e o grupo internacional conveniado fingiu que não é com ele.

Questão da focalização

A questão da focalização refere-se a fazer os recursos financeiros chegarem a quem mais necessita. A principal falha dos programas de combate à pobreza no Brasil é que os recursos e benefícios não chegam às pessoas mais carentes. É necessário identificar quem é, na realidade, extremamente pobre, com renda insuficiente para suprir um nível mínimo de necessidades alimentícias.

A focalização da pobreza exige não somente trabalhar ao nível de municípios, de regiões ou microregiões que tenham um baixo IDH (índice de Desenvolvimento Humano). Este índice divulgado pelas Nações Unidas mede a qualidade de vida, levando em conta a longevidade, a educação e a renda da população. Em cada município, deve-se identificar as comunidades mais carentes. Finalmente, assistentes sociais e agentes financeiros itinerantes devem classificar as pessoas pelo grau de pobreza e outras características, dentro de cada comunidade.

O ideal seria associar políticas assistencialistas, que aplacam algumas conseqüências da pobreza, mas não a eliminam, com o chamado "investimento nos pobres". Significa dotá-los de ativos como educação, terra e/ou crédito, para que com seus

trabalhos possam, verdadeiramente, deixar de ser pobres. Há recursos suficientes, no Brasil, para esse assistencialismo (tipo bolsa-escola) e investimenot (por exemplo, microcrédito). O pobre continuará em sua precária situação enquanto não tiver a capacidade de gerar sua renda por conta própria, para satisfazer as suas necessidades.

É relevante fazer o cruzamento do mapa que localiza a pobreza maior no Brasil com o quadro que mostra os números de municípios com agências bancárias estatais e privadas por regiões. É uma parcela mínima dos municípios de regiões mais pobres atendida por bancos privados. Para se ter uma ilustração, os 14 estados com mais baixo IDH (todos os do Nordeste mais Acre, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins) localizam-se nas regiões Norte e Nordeste do país. Somente 22% e 11% de seus municípios, respectivamente, possuem agências bancárias privadas.



Portanto, os programas de apoio com crédito aos microempreendedores em comunidades carentes dependem, fundamentalmente, de iniciativas das instituições financeiras públicas federais e agências de fomento estaduais. Vale observar o exemplo do pioneiro mundial em programas de combate à miséria via microcrédito, o Banco Grameen. Germinou-se como uma agência experimental do Banco Agrícola de Bangladesh, um banco público. O nascimento do Grameen como empresa independente ocorreu como banco estatal (controle governamental de 60% de seu capital), até seus financiados passarem a deter 75% das ações, e os 25% restantes ficarem nas mãos do Estado e de dois bancos públicos.

Fernando Nogueira da Costa
Economista

Professor Associado do IE-UNICAMP, 49. Coordenador da Área de Economia da FAPESP. Autor dos livros "Economia em 10 Lições" e "Economia Monetária e Financeira: Uma Abordagem Pluralista".

Antônio José Reis

Temas de um Brasil excluído

Realidade das crianças e dos idosos é violadora de direitos

Rotina de maus-tratos, mortes e rebeliões nas unidades da Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (Febem), trabalho infantil envolvendo mais de sete milhões de crianças e adolescentes, abuso sexual contra menores no ambiente familiar, aumento da idade mínima para o associado a um fundo de pensão ter direito à complementação da aposentadoria, R\$ 247,00 de valor médio dos benefícios previdenciários (dados de dezembro de 1999). Injusto, mas verdadeiro, esse é o retrato multifacetado dos primeiros passos do século XXI no Brasil: sem futuro para as crianças e sem presente para

os ve-

Não resta dúvida: o desemprego, a miséria, a ruína dos serviços públicos e a marginalização crescente de idosos e crianças são temas de um Brasil excluído da modernidade pelo governo Fernando Henrique Cardoso. O traba-

lho infantil é apenas uma das facetas dessa triste realidade, detectada estatisticamente. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (PNAD), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, mais de sete milhões de brasileiros entre cinco e 17 anos trabalham atualmente no cam-

po e na cidade. Dos menores que trabalham no país, 23,3% estão no Nordeste. No entanto, o Centro de Política Social da Fundação Getúlio Vargas aponta para uma situação curiosa: nas regiões mais ricas, as necessidades das famílias pobres se unem às oportu-

nidades de emprego. "Não basta uma família precisar de renda, mas que suas crianças encontrem emprego. Assim, a economia abre cada vez mais espaço para o indesejável trabalho infantil".

No mundo, a título de comparação, calcula-se que existam 250 milhões de crianças sendo exploradas

Crianças e idosos são conduzidos a uma condição marginal

Realidade das ruas vai de encontro à letra fria da lei

É ampla a legislação que protege a criança e o adolescente. O trabalho para menores de 14 anos é proibido pela Constituição Federal, pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. Até os 16, só como aprendiz. Mas o que estabelece a lei nem sempre coincide com a realidade cotidiana dos brasileiros menores de idade. Muitas vezes, empresários que admitem crianças como mão-de-obra não são punidos com multas pesadas e nem sequer são enquadrados criminalmente como infratores. Dados do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) mostram que há 1,1 milhões de crianças na faixa etária do ensino fundamental fora da escola. No caso dos jovens, o levantamento da Unicef faz a seguinte observação: 47,6% dos desempregados em 1995 eram jovens de 15 a 24 anos, com rendimento médio de 1,73 salário mínimo. É, portanto, na faixa mais pobre que se localiza a maior parte de crianças que não encontram vagas nas escolas. E também se situam aí os milhares de adolescentes atendidos pela Febem e órgãos afins, numa tentativa muitas vezes inútil de cortar a ponte entre marginalidade social e criminalidade.

"A violência contra crianças e adolescentes é violadora de direitos. Essa parcela da população precisa ser atendida de forma integral pelo Estado, a quem cabe oferecer-lhes escola, saúde, proteção às famílias, creches e boa alimentação". Essa tese é defendida por Jussara de Goiás, da assessoria técnica do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), uma organização não-governamental (ONG) criada em 1979 para atuar no monitoramento dos gastos orçamentários do governo federal, relativos às políticas sociais e ambientais. Ela opina que as crianças, hoje, estão abandonadas porque as famílias se encontram cada vez mais esquecidas pelo poder público.

Crianças e adolescentes no trabalho

(de 5 a 17 anos)

Estados que mais empregam jovens nas áreas urbana e rural

	1992	1995	1998
Espírito Santo	272.124	290.276	263.599
Rio de Janeiro	163.167	171.320	121.191
Paraná	160.036	176.394	155.337
Minas Gerais	158.453	180.347	156.006
Rio Grande do sul	142.832	142.088	138.336
Pernambuco	118.199	102.131	91.676
Goiás	89.912	100.965	88.403
Ceará	84.496	103.529	100.063
Santa Catarina	72.077	85.185	86.993
São Paulo	45.242	676.910	590.780



Fonte: Correio Brasiliense

A miséria anda solta, o abandono anda solto, a violência anda solta. E ainda tem gente querendo prender a vítima.

Tanto que em dezembro de 1999, de acordo com o Ministério da Justiça, existiam no Brasil 22 mil meninos e meninas entre 12 e 17 anos cumprindo penas por delito, 36% desse total em regime fechado. Nesse universo, apenas 0,95% estavam envolvidos em homicídios e 0,15% em latrocínios (roubo ou extorsão violenta - à mão armada) e, portanto, deveriam estar em regime de semiliberdade, liberdade vigiada ou cumprindo penas alternativas.

Com base no entendimento de que a criança/adolescente marginalizada deve

passar por um processo de reeducação, Jussara de Goiás critica o fato do governo federal não vir cumprindo minimamente o Estatuto da Criança e do Adolescente, de 13 de julho de 1990, que detalha uma nova forma de atendimento a esse segmento da sociedade. A diminuição gradual no volume dos recursos orçamentários para as ações sociais em prol das crianças e dos adolescentes é apontada pela técnica do Inesc como um dos principais motivos para que essa dura realidade perdure. Ela avalia que a reversão dessa situação depende, essencialmente, das mudanças globais a serem introduzidas nas políticas de renda, de salários, de habitação, de ampla escolaridade etc.



Cláudia Ricaldoni (Pró-Anapar)

Idoso vem sendo conduzido a uma condição marginal

Outra face dramática dessa moeda social é a condição marginal a que têm sido conduzidos os idosos no Brasil, especialmente de uns anos para cá. O funcionário público aposentado Sebastião William Barbosa, natural do município de Ubá em Minas Gerais, põe o dedo na ferida: "A situação dos idosos está um caos. Muitos deles enfrentam imensas dificuldades de sobrevivência, excluídos do mercado de trabalho e relegados a uma posição de marginalidade".

No caso dos aposentados, Sebastião Barbosa aponta as medidas adotadas

pelo governo federal com vistas à privatização da Previdência Social como um dos sinais mais evidentes do aumento acentuado da injustiça social no país. "Quase todos os direitos dos trabalhadores estão sendo retirados. O setor de Previdência vem deteriorando ano a ano a qualidade dos serviços de assistência e trava uma vergonhosa queda-de-braço com os aposentados e pensionistas, muitas vezes atrasando pagamentos e resistindo, por todos os meios, às determinações legais e constitucionais sobre reajuste dos benefícios". Para Sebastião Barbosa, esse procedimento fica ainda mais injustificável quando se leva em conta que os benefícios previdenciários pagos atualmente são baixos, não excedendo a média de um 1,5 salário mínimo por segurado.

Aliás, a constatação do aposentado mineiro sobre a precária situação do idoso pode ser comprovada pelos números oficiais. Dados do Ministério da Previdência e Assistência Social revelam que em agosto de 2000, dos 19.297.636 benefícios, quase 13 milhões eram de valor até um salário mínimo (66% do total). O valor médio dos benefícios previdenciários eram, em dezembro de 1999, de apenas R\$ 247,00. A política de arrocho salarial - os funcionários públicos federais estão sem reajuste há seis anos - e a dependência cada vez maior da economia brasileira ao capital estrangeiro

Programa do governo não muda quadro de abismo social

repercutem de maneira dramática no valor das aposentadorias e das pensões pagas a uma multidão de homens e mulheres.

Um dos principais problemas da reforma a conta-gotas que o governo federal vem aplicando no setor de Previdência é a falta de mudanças substanciais

no quadro de abismo social entre ricos e pobres. As primeiras sementes dessas mudanças ocorreram em fevereiro de 1998, quando o Congresso Nacional aprovou o fim da aposentadoria por tempo de serviço, criando, em seu lugar, o modelo de tempo de contribuição:

35 anos para os homens e 30

para as mulheres, vinculando-o à exigência das idades mínimas de 60 e 55 anos. Na época, aliás, a emenda constitucional criou uma regra de transição para todo trabalhador que esteja contribuindo para a Previdência. Por essa regra, que consiste em acrescentar ao tempo de serviço que falta para a aposentadoria mais 20% a 40% desse período, o trabalhador que for se aposentar vai ter de cumprir o requisito da idade mínima: 53 anos

Previdência oficial deteriora ano a ano a qualidade dos serviços

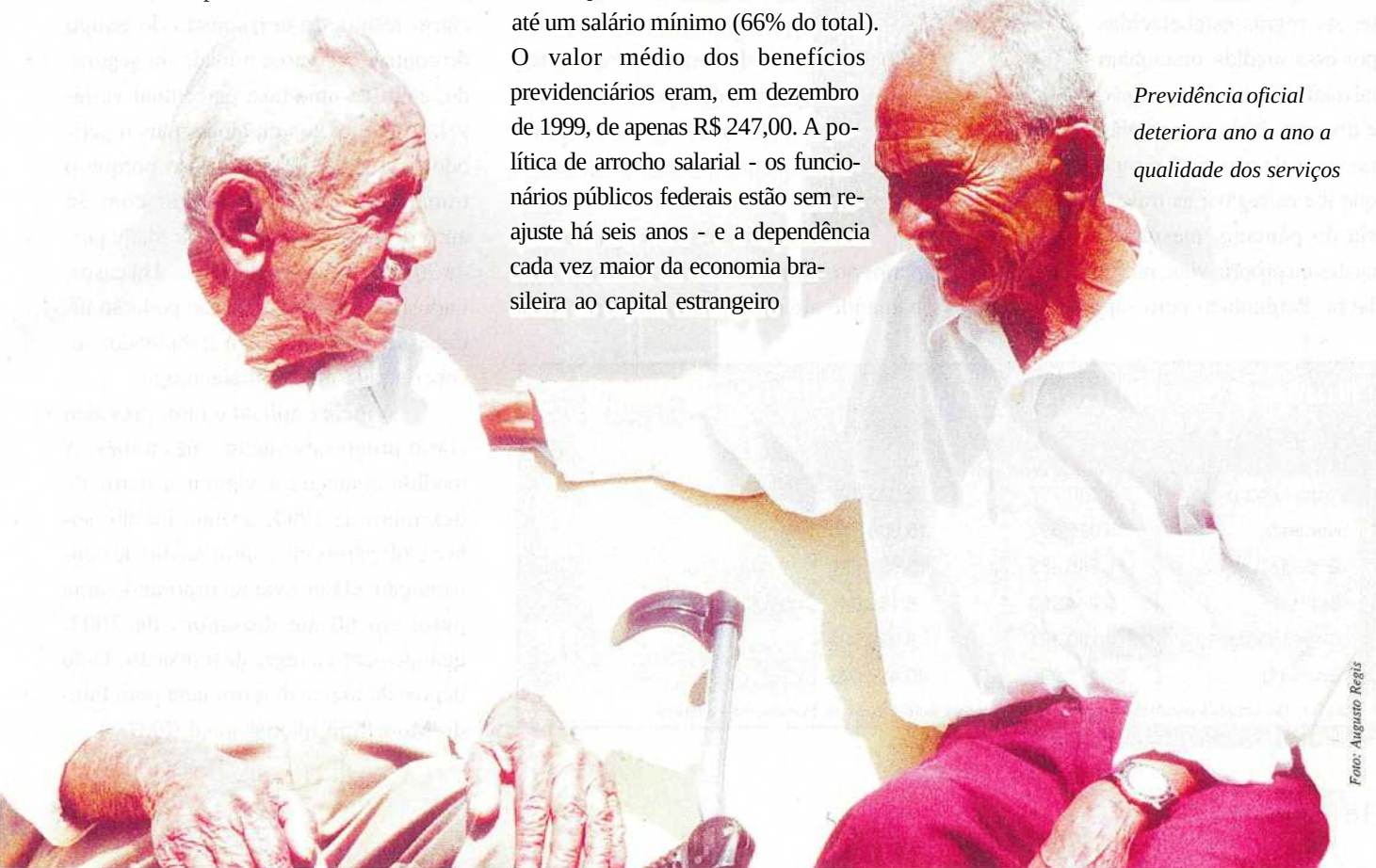


Foto: Augusto Régis

(se homem) e 48 anos (se mulher).

A aprovação pelo governo Fernando Henrique Cardoso da figura chamada fator previdenciário, em novembro de 1999, foi vista pela sociedade civil como outro golpe de mestre contra o direito a uma aposentadoria decente. As regras estabelecidas por essa medida funcionam tal qual a fábula do escorpião e do sapo. Nela o escorpião faz juras de não picar o sapo que lhe carregava na travessia do pântano, mesmo às custas da própria vida, não honrou sua palavra. Perguntado pelo sapo agonizante

porque havia feito isso, respondeu que era essa a sua natureza.

O escorpião da fábula não é muito diferente do escorpião da reforma da Previdência do governo federal. Exemplo ilustrativo dessa realidade, no caso da Previdência oficial, é o fator previdenciário. As regras são draconianas. Para se ter uma idéia, quem contribuiu durante 35 anos só vai ter vantagem caso se aposente após os 59 anos. Para garantir um salário igual ou superior ao salário da ativa, só mesmo trabalhando até os 62 anos. Ou então ten-

do 41 anos de contribuição à Previdência. Até essas alternativas são relativas, pois o teto do INSS não chega hoje a R\$ 1.380,00.

Aprovado depois que o governo se viu derrotado no Congresso Nacional no tocante à exigência da idade mínima para as aposentadorias, o fator previdenciário resulta do cruzamento do tempo de contribuição com a idade do segurado, além de uma taxa percentual variável. Aumenta, assim, ainda mais o período para aposentadorias. Isso porque o trabalhador que se aposentar com 34 anos de contribuição e 51 de idade perde 30% do valor do benefício. Há casos, inclusive, em que as perdas poderão ultrapassar 40% do que o trabalhador receberia pela metodologia antiga.

A idéia é aplicar o fator previdenciário progressivamente, mês a mês. A medida começou a vigorar a partir de dezembro de 1999, quando incidiu sobre 1/60 partes do salário médio de contribuição. O fator vai incorporando uma parte em 60 até dezembro de 2004, quando acaba a regra de transição. Tudo dentro da lógica determinada pelo Fundo Monetário Internacional (FMI).

Medidas de FHC agrirem direitos a uma aposentadoria decente

Número de contribuintes da Previdência Social Brasil 1999

Regiões	Contribuintes	Não Contribuintes
Norte Urbana	1.106.777	2.025.021
Nordeste	5.056.594	15.500.588
Sudeste	16.945.483	13.621.221
Sul	5.944.939	6.156.641
Centro-Oeste	2.109.391	3.090.608
Brasil (1)	31.171.920	40.497.945

Note (1): Não incluída a população da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá

Fonte: IBGE. PNAD - Elaboração: DIEESE



Agora, os fundos de pensão são a bola da vez

No Brasil, como em qualquer outro país do mundo, Previdência complementar é sinônimo de fundos de pensão. Os chamados fundos de pensão, como é o caso da Funcef (ligado aos empregados da Caixa), são entidades de Previdência privada que oferecem a seus associados uma complementação à aposentadoria pública. De natureza privada, a Previdência complementar subdivide-se em dois grandes sistemas: os abertos, comercializados no mercado por bancos e seguradoras, via de regra com finalidade lucrativa, e os fechados, voltados para o universo das empresas e seus trabalhadores.

No Brasil, atualmente, existem 360 entidades fechadas de Previdência complementar, com 2.223 patrocinadores e uma população beneficiada de mais de 6 milhões e 500 mil pessoas, entre pessoal da ativa, aposentados e dependentes. Os fundos de pensão movimentam

um patrimônio de mais de R\$ 140 bilhões. Isso equivale a 12,5% do Produto Interno Bruto (PIB). Foi em meados dos anos 70, com a edição da lei 6.435/77, que os fundos de pensão ganharam forte impulso no país. Tornaram-se a partir daí uma alavanca vital para o desenvolvimento brasileiro, com seus recursos representando parcela expressiva da poupança nacional.

Nos últimos meses, os fundos de pensão fechados estão sob uma forte pressão do governo federal. Entre as mudanças, a mais polêmica é a que prorroga a idade mínima para a complementação da aposentadoria. A medida, como decisão tomada em 20 de dezembro do ano passado pelo Conselho de Gestão da Previdência Complementar - órgão vinculado ao Ministério da Previdência e Assistência Social, foi transformada no decreto 3.721/2001 em nove de janeiro deste ano. Pelo decreto, que começa a vigorar em julho, caso não seja derrubado pelo Congresso Nacional (projeto com esse

**SPC aumenta
cerco aos
fundos de
pensão
fechados**



Escandalosa ilegalidade

O decreto 3.721/01 do governo federal, que determina o aumento da idade mínima para a aquisição do direito ao complemento da aposentadoria, constitui uma escandalosa ilegalidade. Foi isto o que concluiu o seminário "O futuro da Previdência complementar e a garantia dos direitos dos trabalhadores", promovido pela Comissão Pró-Anapar (Comissão Nacional dos Participantes dos Fundos de Pensão). O evento aconteceu em Brasília no último dia 13 de fevereiro.

Foi aprovado, na ocasião, um dia nacional de luta contra o decreto 3.721, definido para 14 de março. Além disso, o encontro discutiu a necessidade de ampliar o processo de organização nacional de todos os participantes dos fundos de pensão.

objetivo tramita na esfera legislativa), a idade mínima que era de 55 anos passa para 60 anos para os planos de contribuição definida e para 65 nos planos de benefício definido, seguindo uma tabela progressiva que aumenta a idade seis meses a cada ano, até 2010 (sistema de contribuição definida) e até 2020 (sistema de benefício definido).

A julgar pelas medidas que estão sendo adotadas no setor de Previdência, o governo federal está disposto à ilegalidade para implementar sua lógica de agressão aos fundos de pensão. Para o deputado Geraldo Magela (PT-DF), o decreto 3.721 visa garantir estabilidade cambial e prosperidade ao pedaço nacional vinculado às altas finanças. Segundo ele, o que o presidente Fernando Henrique Cardoso fez foi baixar um decreto que interfere em um contrato em vigor, estabelecido por dois entes privados: o fundo de pensão e o associado. "Esse decreto, portanto, fere a lei, é inconstitucional e traz prejuízos aos interesses dos trabalhadores". Magela é um dos autores de um projeto de decreto legislativo (PDL) com vis-

tas a derrubar a tramitação da medida governamental na Câmara Federal. Esse PDL, aliás, conta com parecer favorável do deputado Márcio Reinaldo Moreira (PPB-MG).

Evitar que o governo desmantele o atual modelo de Previdência complementar, através da quebra de contratos e da negação de direitos adquiridos,

é o principal objetivo da campanha em torno do abaixo-assinado contra o decreto 3.721. Para isso a Comissão Pró-Associação dos Participantes de Fundos de Pensão (Anapar) vem organizando a coleta de assinaturas em todo o país, cuja entrega oficial aos presidentes da Câmara,

deputado Aécio Neves (PSDB-MG), e do Senado, senador Jader Barbalho (PMDB-PA), está prevista para 14 de março deste ano. Pesa ainda contra o decreto presidencial o fato dele ferir o princípio de isonomia protegido pela Constituição, pois privilegia os planos abertos de Previdência que não possuem limite de idade estabelecido.

**Decreto 3.721
fere princípio
de isonomia
protegido pela
Constituição**

Enfoque financeiro agride interesses dos trabalhadores

Para a mineira Cláudia Ricaldoni, da Comissão Pró-Anapar, a luta por uma aposentadoria decente aos trabalhadores do Brasil se enche de esperanças depois que, na Argentina, foi suspenso o decreto do presidente Fernando de La Rúa que estabelecia o aumento da idade de aposentadoria das mulheres de 60 para 65 anos. Diz Ricaldoni: "O enfoque é financeiro. Há a tentativa de diminuir os custos da Previdência oficial, transferindo boa parte dos recursos para as entidades abertas de Previdência complementar, controladas por bancos. Isso mostra que o governo não se preocupa com o lado humano".

Outra questão polêmica se refere à cobrança de impostos para as aplicações feitas pelos fundos de pensão, caracterizada como bitributação, uma vez que o associado já paga o imposto de renda na retirada de sua aposentadoria. A medida é exigida pela Receita Federal e está no Supremo Tribunal



nal Federal (STF). Outra ameaça vem do sistema de paridade, com aumento da contribuição ou diminuição dos benefícios.

Todas essas medidas, no caso específico da Funcef, pavimentam o caminho da migração dos associados do Replan para o REB. Entre os prejuízos, o diretor de relações do Trabalho da Fena, Antônio Bráulio de Carvalho, prevê uma redução de 3,6% ao ano no patrimônio do fundo. O advogado Carlos Caser, diretor da CNB-CUT, afirma que tanto o decreto 3.721 quanto a bitributação vão lesar todos os associados da Funcef. Segundo ele, até o pessoal que ingressou no fundo antes de 1978 - quando não existia a exigência de idade mínima - vai levar a pior.

É evidente, portanto, que predomina o desrespeito aos interesses dos trabalhadores no processo de mudanças patrocinadas pelo governo federal na área de Previdência, com especial ênfase para os fundos de pensão. Fica daí a certeza de que um dos principais desafios para este início de novo milênio é fazer da cidadania o verdadeiro espaço da construção de políticas sociais e de alternativas para o país. Defendida pelos mais amplos setores da sociedade nacional, a gestão paritária nas entidades fechadas de Previdência complementar atende perfeitamente a esse princípio.

Benefícios da Previdência Social Brasil 2000

Benefícios por faixa de salário mínimo	Quantidade	(%)	Valor (R\$)	(%)
Abaixo de 1 salário mínimo	436.339	2,31	28.645.153	0,60
Iguais a 1 salário mínimo	12.041.962	63,84	1.637.706.832	34,33
Acima de 1 até 2 salários mínimos	2.031.553	10,77	399.528.903	8,38
Acima de 2 salários mínimos	1.179.501	6,25	394.573.459	8,27
Acima de 2 até 3 salários mínimos	818.875	4,34	387.722.980	8,13
Acima de 3 até 4 salários mínimos	659.592	3,50	402.177.193	8,43
Acima de 4 até 5 salários mínimos	693.087	3,67	516.507.385	10,83
Acima de 5 até 6 salários mínimos	482.074	2,56	424.178.973	8,89
Acima de 6 até 7 salários mínimos	355.307	1,88	360.632.039	7,56
Acima de 8 até 9 salários mínimos	115.147	0,61	130.749.043	2,74
Acima de 9 até 10 salários mínimos	19.543	0,10	24.981.562	0,52
Acima de 10 até 20 salários mínimos	24.945	0,13	42.150.180	0,88
Acima de 20 até 30 salários mínimos	3.522	0,02	11.251.542	0,24
Acima de 30 salários mínimos	1.436	0,00	9.027.976	0,19
Total	18.862.883	100,00	4.769.833.220	100,00

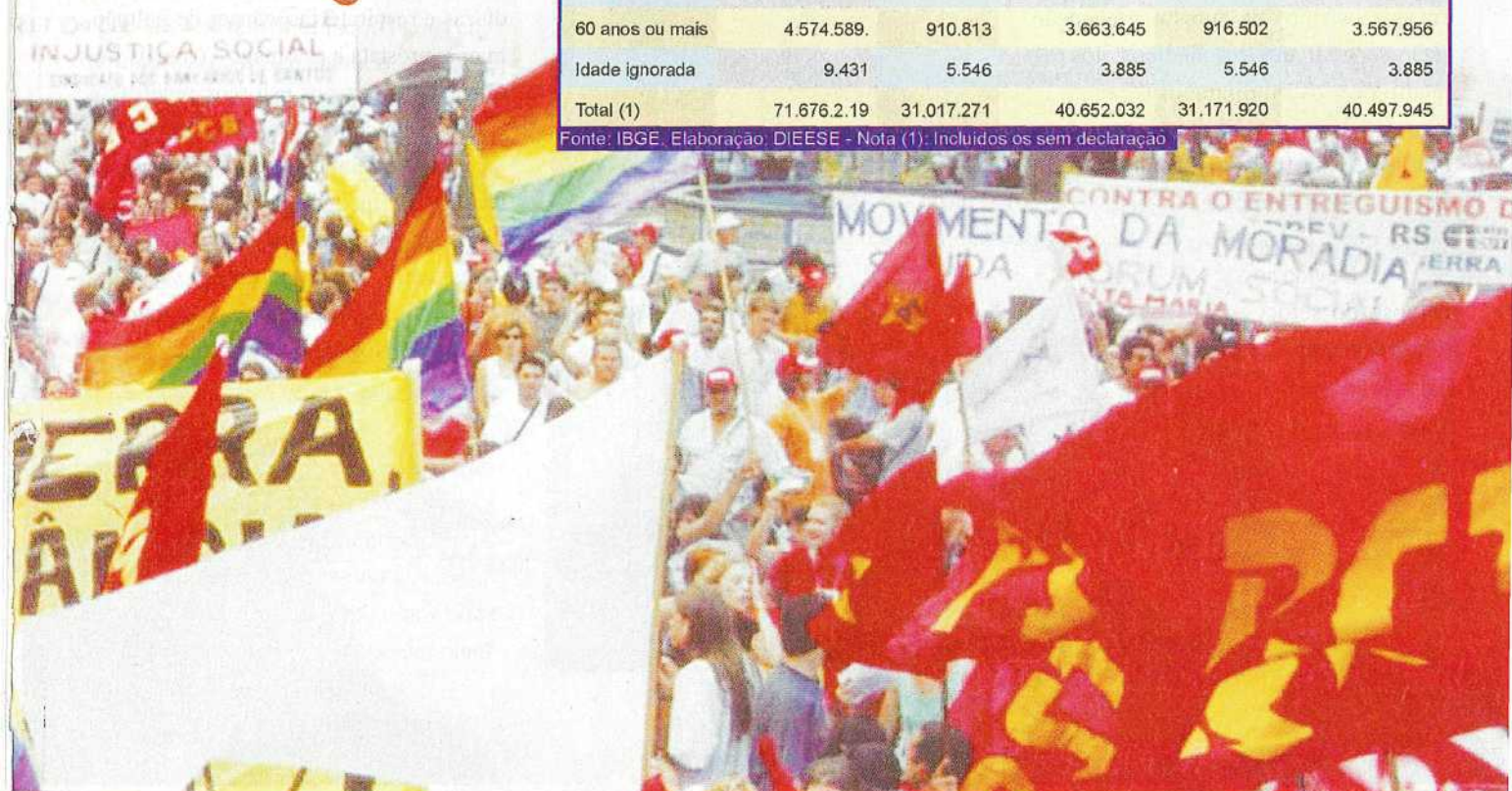
Fonte: MPAS. Boletim estatístico da previdência social - Elaboração: DIEESE

Número de contribuintes da Previdência Social, por idade

Brasil 1999

Grupos de idade	Total de ocupados	No trabalho principal		Em qualquer trabalho	
		Contribuintes	Não contribuintes	Contribuintes	Não contribuintes
10 a 14 anos	2.532.965	24.012	2.508.953	24.012	2.508.953
15 a 19 anos	6.939.886	1.591.249	5.347.733	1.592.383	5.346.599
20 a 24 anos	9.283.407	4.246.367	5.035.754	4.256.079	5.026.042
25 a 29 anos	8.855.054	4.543.332	4.311.722	4.563.307	4.291.747
30 a 39 anos	18.041.894	9.458.704	8.580.780	9.510.191	8.529.855
40 a 49 anos	13.801.764	7.119.982	6.680.790	7.163.804	6.636.968
50 a 59 anos	7.637.356	3.117.266	4.518.770	3.140.096	4.495.940
60 anos ou mais	4.574.589	910.813	3.663.645	916.502	3.567.956
Idade ignorada	9.431	5.546	3.885	5.546	3.885
Total (1)	71.676.219	31.017.271	40.652.032	31.171.920	40.497.945

Fonte: IBGE. Elaboração: DIEESE - Nota (1): Incluídos os sem declaração



Os segredos do corpo e da alma

No Brasil, medicina alternativa é sinônimo de cultura popular

O ser humano não é só um corpo físico. Ele também sente, pensa, sonha e age. A receita pode parecer manjada. Para quem se preocupa com a saúde, a melhor forma de se obter bem-estar e bom estilo de vida significa alimentação equilibrada, exercícios físicos regulares e sintonia entre o lado afetivo e profissional. Diferentemente da medicina convencional ou alopata, em que os tipos de curas e prevenção estão dependentes dos médicos, dos remédios e dos equipamentos, as técnicas alternativas consideram medicina tudo aquilo que cura o corpo, a mente e o espírito.

Devido ao colapso do setor público de saúde

de no Brasil, com a predominância do modelo norte-americano de planos privados e de cooperativas médicas, é cada vez mais comum o fitoterapia, a acupuntura, a meditação e a massagem. A populari-

dade fez crescer o cardápio de técnicas disponíveis. Da milenar aplicação de agulhas muito finas em determinados pontos de energia do corpo à tradicional massagem avurvédica e shiatsu, passando pela homeopatia, uso de ervas e plantas e macrobiótica, elas servem para aliviar TPM (tensão pré-menstrual), dores generalizadas pelo corpo, problemas de coluna, insônia, depressão, complicações cardíacas e respiratórias, câncer de pulmão, mama, próstata e estômago - os mais frequentes, lesões por esforços repetitivos (LER) e até cólicas de bebê.

Entretanto, a bem da verdade, as técnicas da medicina alternativa servem como coadjuvantes em diversos tipos de tratamento. Regularidade em sua prática é a palavra-chave para a obtenção dos efeitos desejados. A medicina al-

José Rodrigues: "A medicina alternativa é mais eficaz do que a medicina alopata"



ternativa, aliás, não substitui a convencional, mas a complementa. Está oficialmente reconhecida pela Organização Mundial de Saúde (OMS), desde 1978. Dados da OMS apontam que hoje, no mundo, cerca de quatro bilhões de pessoas recorrem a suas técnicas como tratamento primário de saúde.

Segredo está na quase ausência de contra-indicação

Costuma-se louvar na medicina alternativa a quase ausência de contra-indicação. Embora a alopatia produza mais resultado imediato sobre o foco da doença, algumas vezes um determinado remédio tira a dor de cabeça, mas provoca em seguida uma incômoda dor de estômago. "A medicina alternativa trabalha com a prevenção e com o estímulo da imunidade natural do paciente. Daí seu resultado ser mais eficaz", diz o médico maranhense José Rodrigues de Sousa, adepto da acupuntura e da homeopatia. Ele esclarece que o foco das técnicas alternativas é a pessoa, ao contrário da medicina alopata que prioriza muito mais os sintomas.

Para a biomédica Lúcia Onélia Oliveira e Ramos, formada pela Universidade de Ribeirão Preto (SP) e com especialidade em homeopatia e acupuntura, a prevenção é o melhor passo para a cura de uma doença. Seu método chama-se mudança nos vícios dos hábitos cotidianos. "Cabe ao paciente fazer a conexão com a sua própria vida, ao mudá-la" a faixa vibratória do pensamento. Isso decorre de alimentos mais integrais e saudáveis, prática adequada de respiração e de um comportamento de mais amor para consigo mesmo". Segundo a terapeuta, o processo de cura começa com a busca do conhecimento interno.

Outra vedete desse cabidal definido como medicina alternativa é a fitoterapia. Baseado nos conhecimentos da natureza, nos problemas associados ao estilo de vida de cada pessoa e nos estados emocionais e mentais, o uso das plan-

A sabedoria das plantas medicinais



Buchinha paulista

Combate a sinusite. Não beber o líquido ou levar a planta diretamente ao nariz, podendo causar hemorragia nasal.



Arnica

Desinflama ferimentos, contusões e pancadas. Faça o chá e aplique no local enfermo, duas vezes por dia.



Catuaba

É afrodisíaco e serve como tônico para o sistema nervoso. Utiliza-se também para casos de impotência sexual e de perda de memória.



Sene

É muito útil para curar prisão de ventre. Beber o chá duas vezes por dias, embora o uso continuado não seja recomendado.

Boldo

Estimula a digestão. É usado ainda em casos de problemas estomacais e distúrbios das funções gástricas.

Rabo de Tatu

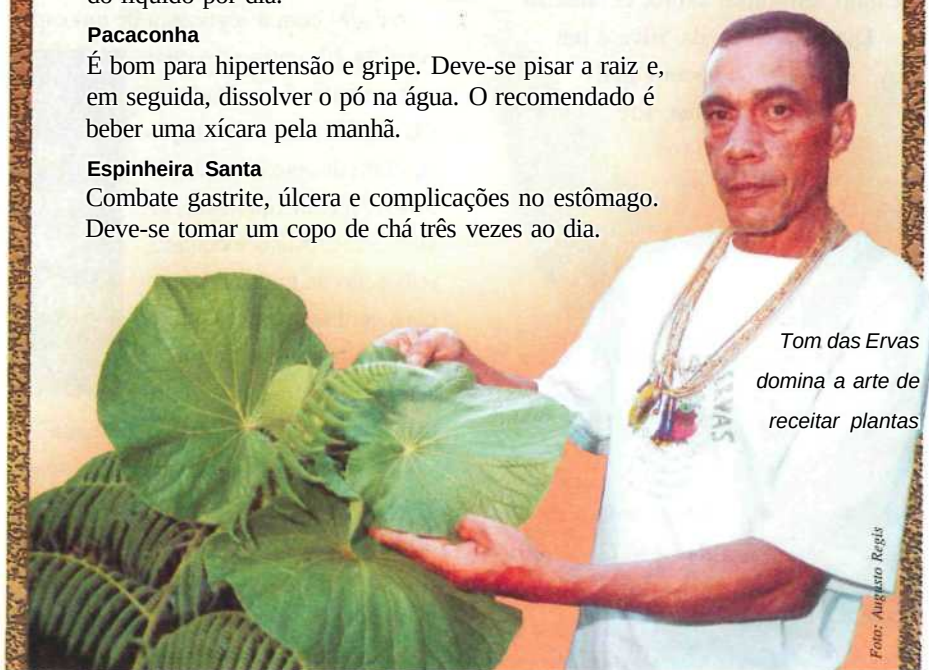
Cura problemas no fígado. Para prepará-lo, deve-se pisar a raiz e dissolver o pó na água. Tomar dois copos do líquido por dia.

Pacaconha

É bom para hipertensão e gripe. Deve-se pisar a raiz e, em seguida, dissolver o pó na água. O recomendado é beber uma xícara pela manhã.

Espinheira Santa

Combate gastrite, úlcera e complicações no estômago. Deve-se tomar um copo de chá três vezes ao dia.



Tom das Ervas domina a arte de receitar plantas

Foto: Augusto Regis

tas e ervas para aliviar enfermidades é tão antigo quanto a própria civilização. A China é o berço de boa parte dessa sabedoria. Ali, mais do que em qualquer outro lugar, os papéis se invertem: a acupuntura e a fitoterapia são praticadas em grande escala por médicos com formação acadêmica, enquanto a medicina convencional/alopata é vista como terapia alternativa.

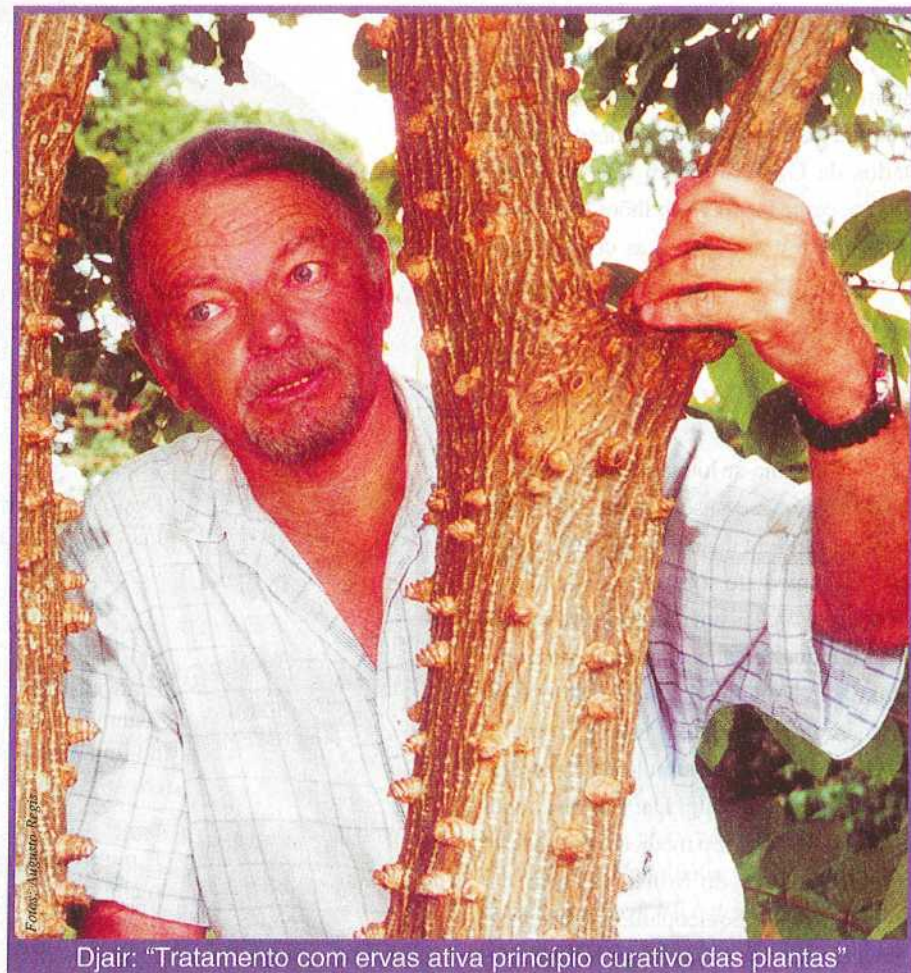
Provém da medicina tradicional chinesa a força teórica que sustenta hoje a maioria das técnicas alternativas aplicadas em países ocidentais. Segundo essa visão, o universo é regido por duas manifestações distintas e complementares: o yin e o yang - princípios feminino e masculino, refletindo a idéia de sombra e luz. Esse intrincado complexo de energias também é composto pelos cinco elementos da natureza: o fogo, a terra, o metal, a água e a madeira. De acordo com a medicina chinesa, as plantas podem ser classificadas como frias, frescas, mornas e quentes e divididas em azedas, amargas, adocicadas, picantes e salgadas.

Em busca da cura para os males do corpo e da alma

No Brasil, de certa forma, a fitoterapia é sinônimo de cultura popular.

Como um velho sábio, o raizeiro Djair Bernardo da Silva é um exemplo do poder curativo das plantas. Ele tem 63 anos, trabalha

A Pariparoba cura alguns males do corpo



Djair: "Tratamento com ervas ativa princípio curativo das plantas"

exclusivamente com produtos orgânicos e nunca precisou tomar remédios de farmácias. A arte de receitar ervas Djair aprendeu com o pai. É capaz, aliás, de discorrer horas a fio sobre as suas receitas com a segurança de um especialista. Ele ensina: "A cura pelas plantas é resultado de vários fatores: alimentação equilibrada, preservação do meio ambiente (qualidade de vida), diagnóstico adequado, indicação de um tratamento com conhecimento sobre a rotina da pessoa que está sendo cuidada e disciplina diária no uso da medicação indicada".

Segundo Djair, pessoas agressivas e sedentárias têm um pouco mais de dificuldades para se adaptar a um tratamento com ervas, que consiste em ativar o princípio curativo das plantas.

Uma das maiores motivações

para os consumidores adultos da medicina alternativa é sua eficiência. Até os médicos mais céticos e alguns órgãos governamentais estão, aos poucos, se dobrando à capacidade curativa das plantas no trato de doenças. Tanto que produtos como gengibre, hortelã, melissa e sene,

tradicionalmente utilizados pela população, já são reconhecidos pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVS). Os benefícios da fitoterapia, da homeopatia e da acupuntura para a saúde foram confirmados por resolução da Comissão

Interministerial de Planejamento do governo federal, divulgada em 1988. Uma confirmação surgida com décadas de atraso, pois, muito antes do aparecimento da medicina moderna, a população já procurava as técnicas alternativas para a cura dos males do corpo e da alma.

A medicina alternativa não substituí os métodos convencionais



Salário mínimo de 500 dólares

A luta pelo salário mínimo sempre marcou a trajetória do PT. Prova disso é que todas as políticas salariais aprovadas no Congresso Nacional tiveram a nossa participação direta. Nas épocas de inflação alta aprovamos o reajuste semestral, trimestral, bimestral e mensal.

A histórica luta dos 147% se deu mediante projeto de nossa autoria e transformado em lei. Com a inflação anual menor do que dois dígitos, nos fixamos na elevação do valor do salário mínimo.

Em 1994, apresentamos projeto de lei para que o salário mínimo fosse reajustado para 100 dólares. A matéria foi aprovada mas vetada por Fernando Henrique Cardoso no início de 1995. FHC encaminhou, então, projeto de lei mantendo os 100 dólares, mas excluindo os 18 milhões de aposentados e pensionistas. O PT conseguiu assegurar-me a relatoria do projeto, já que o original era de nossa autoria, e conseguimos aprovar os 100 dólares estendendo o mesmo percentual - 42,86% - a todos os aposentados e pensionistas.

Sabendo que a política econômica do governo não levaria em conta a distribuição de renda e a questão social; que o real seria desvalorizado em

função do dólar, apresentamos ainda em 1995, o projeto de lei 1/95 garantindo o salário mínimo correspondente a 100 dólares. A urgência urgentíssima foi aprovada em junho/98, e até hoje o projeto não foi votado.

Nos cinco anos em que o projeto ficou engavetado, não paramos. Para pressionar a aprovação dos 100 dólares fizemos cartazes, panfletos, greve de fome, vigília, compra de mercadorias em supermercados demonstrando que o salário mínimo não compra sequer uma cesta básica. Mostramos que o salário mínimo do Brasil só se compara ao de Serra Leoa e Butuana - cerca de 75 dólares. Na América Latina quem paga menos paga 100 dólares. Em 14 de janeiro de 2000 lançamos a campanha do salário mínimo na Câmara. Em 26 de janeiro realizamos sessão solene com a participação dos aposentados e pensionistas em que a tônica foi o salário mínimo de 100 dólares e a sua repercussão nos proventos dos aposentados e pensionistas.

Traçamos este relato, pois a história se repete. A proposta orçamentária encaminhada por FHC prevendo o salário mínimo de 180 reais para maio/ 2001 é excludente. Marginaliza sete milhões de aposentados e pensionistas que recebem

mais de um salário mínimo, concedendo-lhes apenas um quarto do percentual conferido ao mínimo - 5,7%. Marginaliza os servidores públicos da ativa e inativos com reajuste zero, além de insistir na proposta de nova contribuição previdenciária para os inativos.

Ficamos pasmos com a hipocrisia dos representantes do governo que usam o salário mínimo de 180 reais como se fosse 100 dólares.

Esquecem que 180 reais corresponderão a cerca de 85 dólares em maio/ 2001. As leis de elisão fiscal e quebra do sigilo bancário/ CPMF foram aprovadas. Não há como alegar falta de recursos - FHC sabe que há dinheiro para pagar um salário mínimo de 100 dólares ou mais. A nossa proposta é 100 dólares. Deixamos claro, também, que não abriremos mão de que o mesmo percentual a ser concedido ao salário mínimo seja estendido a todos os aposentados e pensionistas.

É nossa obrigação continuar lutando pela elevação do salário mínimo até que seja cumprido o que manda a Constituição Federal, ou seja, 500 dólares mensais.

Paulo Paim,
Deputado - PT/RS



A magia de Foz do Iguaçu

Natureza exuberante, trilhas radicais em jipes e muita história

A beleza majestosa de suas cataratas (com ênfase para as Cataratas do Iguaçu) e a usina hidrelétrica binacional de Itaipu (a maior em operação no mundo) são, certamente, as principais atrações de Foz do Iguaçu. Mas seu encanto não se resume a isso. Foz do Iguaçu é vista como o coração do Mercosul, situada na costa oeste do Paraná e na fronteira entre o Brasil, Paraguai e Argentina. Essa cidade paranaense,

por sua localização privilegiada, serve de porta de entrada para quem deseja visitar alguns dos países sul-americanos: seja para viagens de negócios, turismo/lazer ou por qualquer outro motivo.

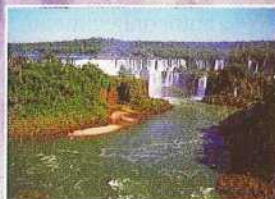
Ostentando o título do segundo maior pólo brasileiro de turismo, perdendo apenas para o Rio de Janeiro, Foz do Iguaçu se orgulha de receber todo ano milhares de turistas vindos de várias

partes do mundo. A vitalidade de sua economia, aliás, está assentada no binômio turismo e comércio. A cidade tem cerca de 250 mil habitantes e fica a 640 quilômetros de Curitiba.

A região de Foz do Iguaçu foi invadida em 1542 pela expedição colonizadora do capitão espanhol Alvar Nuñez Cabeza de Vaca, conhecido como El Tormentoso. Até então o território era o habitat dos índios Kaingangue. A palavra Iguaçu, na etimologia tupi-guarani, significa "água grande". Seu ciclo de ocupação foi caracterizado pela extração da erva-mate e do corte de madeira. A partir de 1910, quando foi criado oficialmente o município de Foz do Iguaçu, a região passou a ser inundada por imigrantes europeus (basicamente alemães e italianos) e por agricultores do Rio Grande do Sul, advindo daí sua vocação para a atividade agrícola.



Intimidade com o meio ambiente



Um dos charmes de Foz de Iguaçu é o prazer de admirá-la por qualquer ângulo



Atrativos: Cataratas do Iguaçu e usina Itaipu

São incontáveis as atrações de Foz do Iguaçu. Para quem vai pela primeira vez a essa região paranaense, geralmente o desejo é conferir de perto as tão admiradas Cataratas do Iguaçu. Não é para menos. São 275 quedas com 65 metros de altura e uma vazão média de 1.500 metros cúbicos por segundo, numa largura de 2.700 metros. É a maior queda d'água do mundo, proporcionando ao visitante um verdadeiro show de cores. O salto mais impressionante é o da Garganta do Diabo, com 90 metros de altura. As Cataratas, inclusive, são os principais atrativos do Parque Nacional do Iguaçu, criado em 10 de janeiro de 1939 e considerado pela Unesco desde 1986 patrimônio natural da humanidade. O parque é uma das maiores reservas florestais da América do Sul. Ali predomina a vege-

tação de mata fluvial e de mata de araucária, com a presença exuberante de palmeiras, imbuías, caviúnas e erva-mate. No entanto, a reabertura recente de uma estrada ameaça o charme do equilíbrio ambiental do Parque Nacional do Iguaçu, que com isso pode vir a perder - mais cedo do que se imagina - o título de patrimônio da humanidade.

Entre outras belezas, Foz do Iguaçu é conhecida por abrigar a usina hidrelétrica binacional de Itaipu no rio Paraná. A usina, cuja construção começou em janeiro de 1975, gera quase 80% da energia elétrica consumida no Paraguai e 25% do consumo brasileiro. Seu gigantismo rima com uma potência instalada de 12,6 mil megawatts, com 18 unidades geradora de 700 MW cada. Mais duas turbinas vão estar em funcionamento até o final deste ano, ampliando a capacidade de Itaipu para 14 mil megawatts.

Um modelo para o Brasil

Foz do Iguaçu está distribuída em 124 Km² de perímetro urbano. O clima é quente e úmido. A vegetação é sinal de uma variedade de fauna, flora, fronteiras e culturas.

O Parque Nacional do Iguaçu representa uma das últimas reservas biológicas do Paraná.

Ali lazer rima com atividades esportivas. São 23 campos de futebol, 48 quadras poliesportivas, 23 ginásios de esportes e um kartódromo.

Outras opções são canoagem, navegação à vela e passeios de lanchas. Por todos os caminhos e recantos, Foz do Iguaçu resguarda suas origens e alia cultura com progresso e lazer com belezas naturais. Isto faz da região um modelo para o Brasil.



Fotos: Convention & Visitors Bureau

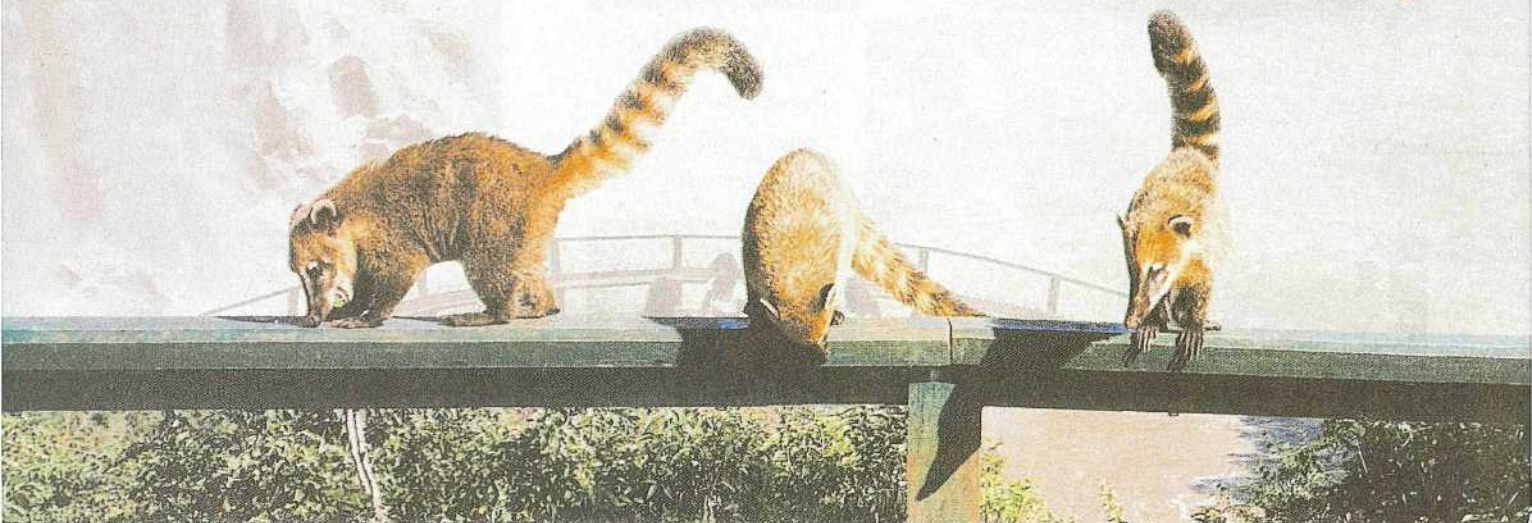
Cenário emoldurado por vegetação subtropical

Natureza exuberante, trilhas radicais em jipes e muita história se espalham por toda a região de Foz do Iguaçu. Nesse cenário de contato estreito com o meio ambiente, destaca-se o Ecomuseu (Museu de História Nacional). Foi criado em 1987 como centro de integração da comunidade regional. Outros atrativos são os refúgios biológicos e zoológicos, o comércio de artesanato e pedras preciosas, lagos artificiais (um dos quais considerado um dos maiores do planeta) e o

mágico encontro das águas dos rio Iguaçu e Paraná, no Marco das Três Fronteiras (Argentina, Brasil e Paraguai). Todo esse cenário está emoldurado por uma vasta vegetação subtropical, repleta de flores, pássaros e animais silvestres.

O charme de Foz do Iguaçu vai da cultura turística e gastronomia ao simples prazer de admirá-la pelo ângulo que for. Os mais ávidos por aventura no universo do autoconhecimento podem aproveitar os cursos e palestras oferecidos pelo Centro de Estudos da Consciência. Bioenergética, conscienciologia e projeciologia são algumas das opções.

Uma estruturada malha rodoviária liga a cidade ao país. A região se liga ao resto do mundo pelos aeroportos internacionais de Foz de Iguaçu, Ciudad del Este e Porto Yguazú. O agito da noite em restaurantes, bares, boates e casas de shows é um capítulo à parte. Na fronteira com o lado brasileiro, os cassinos argentinos e paraguaios se encarregam de oferecer o glamour e a emoção das mesas de roletas das modernas máquinas caça-níqueis. Foz do Iguaçu agrada de dia e de noite, é simples e sofisticada. Um roteiro completo para quem gosta de curtir o que a vida proporciona de bom.



Foz do Iguaçu, um paraíso ecológico

Através da Fenaetur, você tem uma ótima oportunidade de fazer um dos roteiros de ecoturismo e apreciar ainda mais as belezas naturais do Parque Nacional do Iguaçu e o seu grande espetáculo, as Cataratas do Iguaçu, São mais de 275 quedas de água com mais de 80 metros de altura, na região sul

FENAETUR FENAE VIAGENS E TURISMO LTDA.

**SHS - Quadra 1 - Lojas 46/47 - Galeria do Hotel Nacional - Brasília-DF - Fone: 61 - 321 -4460 ou 321-4830
Fax: 61 - 321-7644 - Toll Free: 0800-614050 - E-Mail: fenaetur@fenae.org.br**

Sambista do Estácio criou a expressão "escola de samba"

Escola na avenida, samba no pé, carnaval. Fevereiro, é festa por todo o Brasil. E são poucos os que se recusam a cair na folia.

Onde e como começou essa zorra toda ninguém sabe ao certo. Mas sabe-se que o foco principal foi o Rio de Janeiro do início do século passado, com suas rodas de samba, ambiente propício ao surgimento de compositores como Ismael Silva.

Ismael Silva foi, por sinal, o autor da expressão "escola de samba". Junto com os principais sambistas do bairro carioca do Estácio, ele reuniu integrantes dos chamados "blocos de sujos" e fundou a Deixa Falar, a primeira escola de samba do Rio de Janeiro. O termo escola

de samba surgiu, segundo o próprio compositor, em analogia com a Escola Normal existente no Estácio, bairro de onde saíram os "professores" do samba.

Ismael Silva nasceu em Niterói-RJ, em 14 de setembro de 1905. Chegou ao Estácio aos três anos de idade e aos 15 já havia se tornado compositor. "Já desisti" foi o seu primeiro samba.

Frequêntador dos mais tradicionais pontos de encontro dos sambistas da época, como Mano Edgar, Baiaco, Nilton Bastos, Brancura, Bide e Rubens Barcelos, não tardou para Ismael Silva se tornar bastante conhecido no meio musical.

Em 1925, a melodia de seu samba "Me faz carinhos" era gravada pelo pianista Cebola e, dois anos depois, por ninguém menos que o Francisco Alves, grande cantor da época. O compositor encontrava-se internado em um hospital, quando recebeu a visita de Bide, com a proposta de comprar um samba seu, feita por Francisco Alves. "Me faz carinhos" foi lançado em disco Odeon, tendo o intérprete também como autor.

Logo depois, o samba "Amor de malandro" era lançado nas mesmas condições, e o êxito alcançado pelos dois discos levou Francisco Alves a propor exclusividade na produção do sambista. Ismael Silva aceitou, mas com a condição de que o acordo incluísse também o seu parceiro

Nilton Bastos. Vários outros sambas foram lançados pela dupla Francisco Alves - Mário Reis, tornando-se conhecidos pelo público do rá-

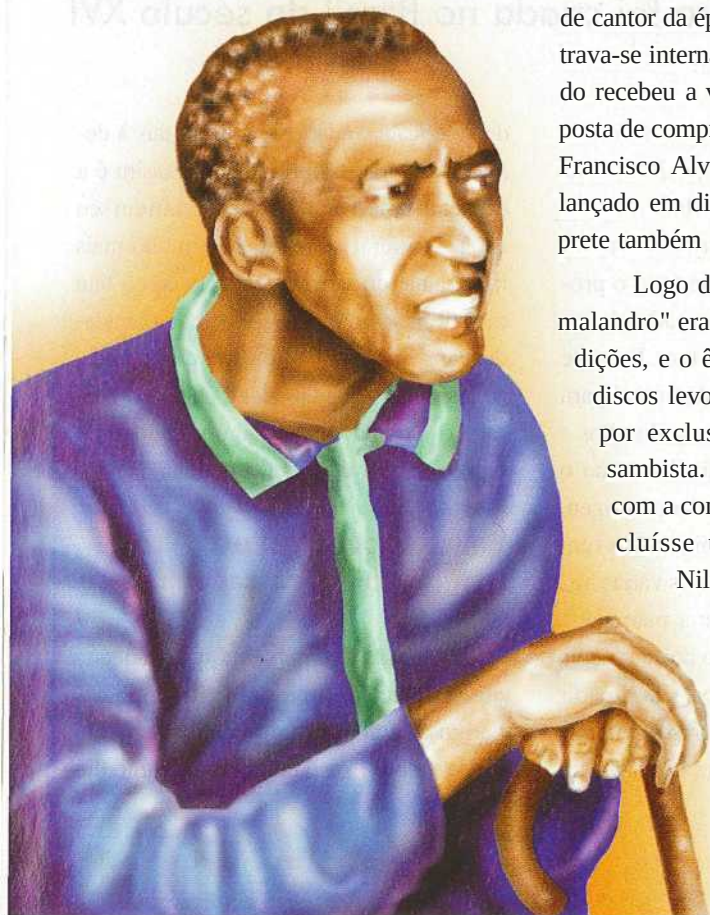
dio. A maioria das gravações teve participação de Ismael Silva no coro.

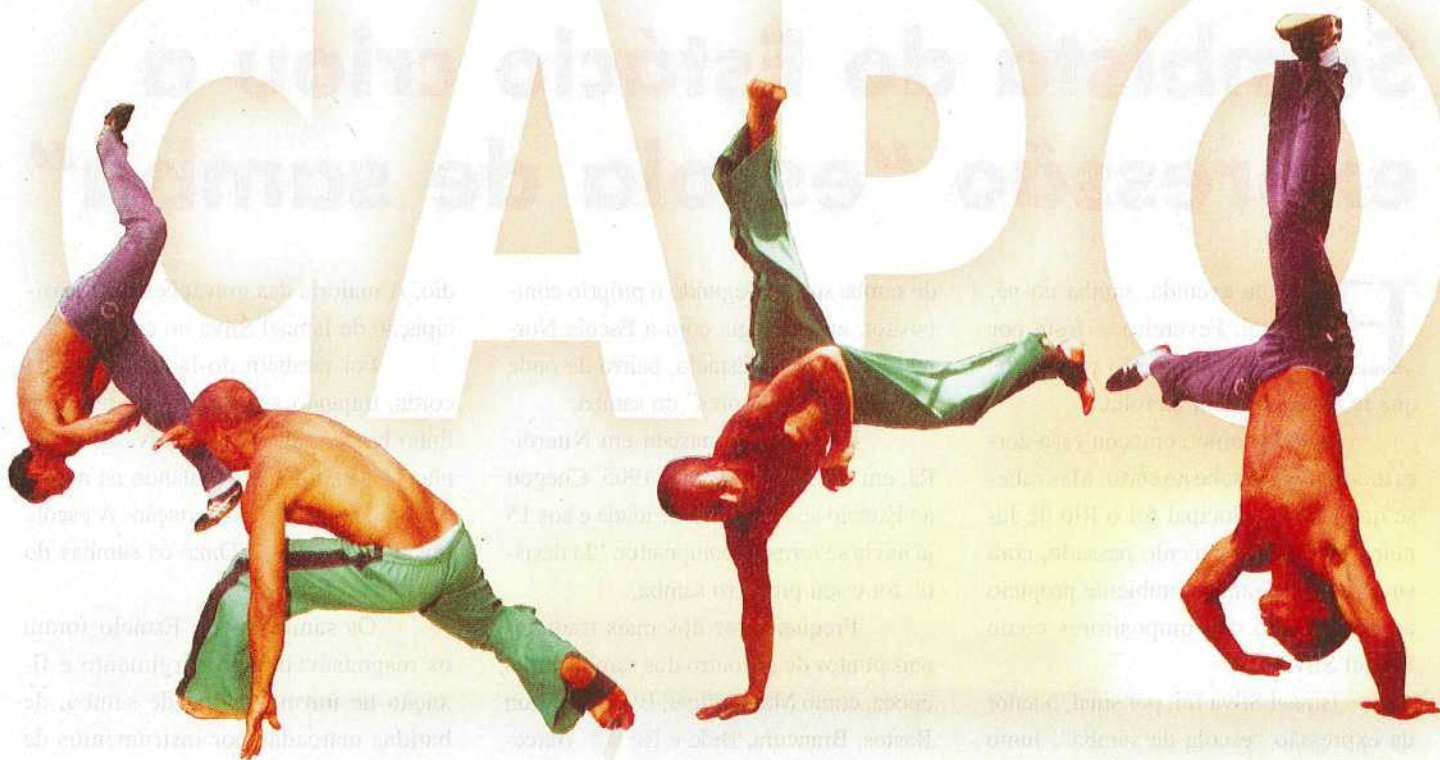
Foi também do lado de fora da corda, trajando seu tradicional terno de linho branco, que Ismael Silva acompanhou a Deixa Falar desfilando na avenida, um ano após a sua criação. A escola levou para a Praça Onze os sambas do pessoal do Estácio.

Os sambistas do Estácio foram os responsáveis pelo surgimento e fixação de um novo tipo de samba, de batidas marcadas por instrumentos de percussão, mais apropriado para os desfiles das escolas de samba que começavam a surgir. Até então, segundo o próprio Ismael Silva, o samba carioca era ainda muito próximo do maxixe.

Entre os parceiros de Ismael Silva inclui-se também Noel Rosa, com quem travou contato depois de ter deixado o Estácio, em 1931. O primeiro samba da dupla, "Pra me livrar do mal", foi gravado no ano seguinte por Francisco Alves. Suas composições começaram a ser gravadas por vários outros intérpretes, entre os quais Silvio Caldas e Carmem Miranda.

Em 1937 morre Noel Rosa e Ismael Silva fica esquecido durante toda a década de 40, só reaparecendo com o lançamento de "Antonico", samba de andamento lento e versos tristes, considerado um dos belos de sua obra. Depois de novo período de esquecimento, ele retorna em 1964 com grandes sucessos. Daí até a sua morte, em 1978, lançaria ainda vários outros discos, incluindo composições do passado e sambas inéditos





A ginga da liberdade

Apesar de sua semente africana, a capoeira foi criada no Brasil do século XVI

Há pouco mais de dois anos, já morando em Brasília, a estudante mineira Heloísa Helena ganhou o apelido de Flor. Ficou orgulhosa com o novo codinome. Corria o ano de 1985 quando começou a praticar capoeira em Carmo de Minas (MG), onde nasceu. Não passava, na época, de uma adolescente numa cidade do interior. Foi a primeira mulher daquela região a fazer parte de rodas de capoeira.

Assim como a trajetória da jovem Flor, a turma dos que praticam capoeira desde cedo é cada vez mais numerosa, no Brasil e no mundo. A capoeira define-se como uma mistura inquietante de dança e luta/música e agilidade/resistência cultural e ginga da liberdade. Possui

semente africana, apesar de ter sido criada por escravos negros no Brasil do século XVI. É apontada, ao lado do candomblé, como uma das manifestações populares mais decisivas de todo o processo de resistência desencadeado ao longo do período de escravatura. Durante muitos anos, aliás, foi fundamental para a constituição e defesa dos quilombos.

Instrumentos de trabalho como o martelo, a foice e a enxada deram origem a uma série de golpes que imitam suas funções. Serviram ainda de base as várias formas de defesa dos animais: a marrada, a pancada seca com o rabo, o coice de uma mula, o estapear dos felinos. Foi a partir da colagem de todas essas ferramentas que surgiu um sistema de golpes de surpreen-

dente eficácia, adaptado muito mais à defesa do que ao próprio ataque. Assim é a capoeira: uma manifestação que tem em seu caráter cultural de resistência, muito mais importante do que sua eficácia como luta ou defesa pessoal, a sua principal identidade. Para o mestre Gilvan Alves de Andrade, da Associação Ladainha do Distrito Federal, "o jogo da capoeira é um diálogo do corpo. E jogar é diferente de lutar".

Estado Novo aboliu perfil criminal da capoeira

Foi-se o tempo em que a capoeira era vista como uma prática marginal e perigosa, símbolo de criminalidade ao longo de todo o Brasil colonial e mesmo du-



*Primeira escola no
Brasil surgiu no final
da década de 20*

rante a República Velha. Essa situação de marginalidade durou até praticamente 1937, quando Getúlio Vargas aboliu o caráter criminal da capoeira. Nessa época, aliás, a capoeira era crime previsto no Código Penal. As mudanças nesse perfil semimarginal da capoeira tiveram início no final da década de 20 pelas mãos do baiano Manoel dos Reis Machado, o mestre Bimba, que criou a primeira escola de luta no Brasil.

Basicamente, a capoeira é jogada de várias maneiras diferentes e complementares. A mais antiga é a de Angola, cujo patrono foi mestre Pastinha. É lenta e rasteira. A Regional decorre da mistura da Angola com o Batuque (uma luta livre comum na Bahia do século XIX). E se caracteriza pelo jogo rápido, festivo, acrobático e ágil. É a mais praticada pelos capoeiristas. A lúna é para os graduados mostrarem sua habilidade.

Mestre Gilvan explica que, pela nomenclatura da Confederação Brasileira de Capoeira,

ela, são mais de 56 golpes. Os mais comuns são bênção, meia-lua, martelo, ponteira etc. Alguns instrumentos: atabaque, agogô, berimbau e pandeiro.

Difundida em todo o Brasil, a capoeira vem sendo praticada por milhares de crianças, jovens e idosos. Seu charme hoje espalha-se mundo afora. Está reconhecida como esporte até pelo comitê olímpico, há mais de quatro anos. Outra prova de sua força são os campeonatos anuais organizados pela Confederação Brasileira de Desportos, como resultado da formação de federações, associações e grupos de múltiplas tendências. 

Um japonês na força do samba



Na sequência de um ano em que o pagode de boutique refluíu mesmo comercialmente, ocorreu um fenômeno saudável, motivado pelo sucesso do filme Buena Vista Social Club. As velhas guardas das escolas de samba começaram a ser (re)valorizadas com lançamentos esmerados como "Tudo azul", da Velha Guarda da Portela, produzido por Marisa Monte, e a Velha Guarda da Mangueira e convidados, que reuniu ilustres representantes da verde e rosa. Alguns meses depois, as velhas guardas das duas escolas voltam a ter lançamentos nas lojas, numa prova de que algo está mudando no mercado. Trata-se de discos antigos produzidos para o Japão e nunca editados no Brasil. "Mangueira chegou", de 1988, e "Doce recordação, da Velha Guarda da Portela, de 1986, e mais "Velhas companheiras" (1999) foram produzidos por um operário japonês Katsunori Tanaka, que ouviu em sua terra um disco de Cartola e, mesmo sem entender uma palavra de português, ficou fascinado. A partir daí, fez amizades com bambas remanescentes como o parceiro de Cartola, Carlos Cachaca, e Nelson Sargento, Aloízio Dias, Jorge Zagaia, Babaú e gravou o documento.

Chamá-lo de disco é pouco. Lá

estão sambas de Cartola pouco conhecidos, como "Pedi perdão" e "Amor é isso?", parceria de Aloízio Dias com o mestre. O mesmo Aloísio manda "Meu amigo violão", dedilhando o próprio em companhia do produtor musical do CD, Paulão Sete Cordas. Nelson Sargento derrama-se em "Mangueira, divina e maravilhosa" e o lendário Carlos Cachaca canta o samba enredo "Ciência e arte" (parceria com Cartola), regravado por Gilberto Gil no CD Quanta. Jorge Zagaia arremessa sua ode à favela "A vida do trabalhador", Zé Ramos elogia a escola ("Mangueira chegou") e Quincas do Cavaco entoa "Amargura", parceria com outra figura célebre do pedaço, Padeirinho da Mangueira.

No disco da Velha Guarda da Portela, as pérolas não são menos preciosas. Bambas que já se foram estão registradas no CD, como Manacéia ("Flor do interior"), Chico Santana ("Hino da Velha Guarda da Portela") e Alberto Lonato ("Esqueça"). Com sua voz encorpada, o então caçula da turma, Monarco, lidera o canto em "Mau

procedimento" (Nelson Amorim), "Doce amor" (Nilson), "Cidade mulher" (Paulo da Portela) e "Fui condenado" (Monarco/Mijinha). Casquinha tira a sua em "Doce recordação", parceria com Bubu, e Argemiro recorda a dele, "Nuvem que passou". São todos sambas que conjugam lirismo e melodias trabalhadas, como não se faz mais no ramo. Caso à parte é o belíssimo "Para o bem do nosso bem", de Alvaíade.

No CD "Velhas companheiras", o mais novo da safra, se confraternizam mangueirenses com portelenses: ambos históricos. Entram ainda na roda de samba a cantora Cristina Buarque ("Vaidade de um sambista"); Chico Santana, que incorpora ao pagode o mestre de todos, Noel Rosa ("Quando o samba acabou") e mais o imperiano serrano Wilson Moreira ("Velhos arvoredos"). Na contramão da globalização perversa, os discos produzidos pelo japonês Tanaka consolidam a força matriz do samba.

Tarik de Sousa
Jornalista



Jogadores de gamão se encontram no Café Martinica, em Brasília

Gamão resiste ao tempo

Jogo é um dos mais antigos que se conhece

Um jogo de possibilidades infinitas, que exige estratégia, raciocínio rápido e uma boa dose de sorte. Assim pode ser definido o gamão, disputado por dois oponentes em um tabuleiro de 24 triângulos finos chamados pontos.

Os triângulos do tabuleiro têm cores alternadas e são divididos em quatro grupos de triângulos cada, chamados quadrantes. Os quadrantes são divididos em tabuleiro de dentro e tabuleiro de fora, do jogador e do oponente. Vence quem mover todas as peças para o tabuleiro de dentro e depois tirá-las do jogo.

O gamão, segundo consta, é um dos jogos mais antigos que se conhece, tendo surgido há cerca de cinco mil anos.

Sempre teve seus adeptos em vários cantos do mundo. Atualmente, é considerado o jogo mais popular da Internet, o que acaba contribuindo para uma maior difusão de sua prática também fora dos computadores.

Proliferam-se os torneios em pontos de encontros como bares, cafés e clubes. É o caso, por exemplo, do Café Martinica, em Brasília, onde um grupo de amigos se reúne todas as segundas-feiras para jogar. O clube existe há dois anos e não pára de crescer. Jogam homens e mulheres, de todas as faixas etárias. Os torneios acirram a disputa, elevando a qualidade técnica dos jogadores e contribuindo para o surgimento de novos adeptos.

Prestígio é histórico

A referência mais antiga do gamão foi encontrada em um túmulo real, na Mesopotâmia. Sua prática é comprovada entre os gregos e também entre os romanos. A descoberta de relevos de mármore, com cenas dos seguidores do apóstolo Pedro jogando gamão, revela que também os primeiros cristãos eram adeptos.

O gamão fez grande sucesso na Idade Média. Prova disso são os tabuleiros de marfim e de madeiras preciosas, utilizados pela nobreza, hoje expostos no Museu do Louvre, em Paris.

O prestígio do gamão veio a ser ameaçado já no século XV, pelo xadrez. Mas foi nessa mesma época que ele obteve sua consagração como o "rei dos jogos", por seus atrativos e sutilezas, e também como o "jogo dos reis", pelo grande número de adeptos da nobreza.

O lixo ainda é um problemão

Apenas 25% dos resíduos chegam aos aterros sanitários

O perfil da sociedade brasileira (deu uma guinada de 180 graus nos últimos 50 anos. Passou de rural para urbana. Com os grandes aglomerados urbanos vieram variados e complexos problemas, entre os quais o da poluição ambiental. A atmosfera das cidades está cada vez mais carregada. E o solo urbano vem, paulatinamente, sendo tomado pelos resíduos sólidos, o lixo.

A proliferação dos chamados lixões, por conta da disposição inadequada no solo de resíduos industriais e de origem doméstica, é uma das grandes preocupações ambientais da atualidade.

A deposição do lixo a céu aberto é

fator de degradação da paisagem, de contaminação do solo e dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos, assim como de agravamento dos problemas sanitários.

No Brasil, estima-se em mais de 240 mil toneladas o lixo urbano gerado diariamente. Os aterros controlados e sanitários não recebem mais do que 25% desses resíduos, o restante vai para os lixões, conhecidos também como aterros comuns, vazadouros, descargas ou bota-foras.



Regiões metropolitanas são as mais afetadas

A região metropolitana de São Paulo, composta por 39 municípios, se estende por uma área de 8.050 km², onde vivem mais de 16 milhões de pessoas, gerando cerca de 17 mil toneladas de resíduos por dia.

Cerca de 70% de toda a Grande São Paulo está na Bacia do Alto Tietê. De acordo com dados da Companhia de Tecnologia e Saneamento Ambiental (Cetesb), há na região 116 áreas de disposição de resíduos sólidos, ocupando uma superfície aproximada de 20km². Apenas 20 são aterros sanitários ou controlados e 96 são lixões, nos quais são depositados cerca de 87% dos resíduos coletados. Isso significa que mais de 14 mil toneladas/dia de lixo não têm destinação adequada e representam uma séria ameaça aos recursos hídricos.

Na avaliação do geólogo Alberto Pacheco, do Instituto de Geociências da USP, a mesma situação da Grande São Paulo é observada também em várias outras regiões do país. A seu ver, "falta uma política nacional para os resíduos sólidos". Em estudo produzido em 1999, Pacheco lembra que na região metropolitana de Curitiba-PR, os resíduos de 22

Nem todo lixo é igual

Pela norma NBR-10, da Associação Brasileira de Normas Técnicas, a forma de disposição dos resíduos sólidos no solo deve levar em conta a sua toxicidade potencial, os riscos à saúde pública e os problemas ambientais. Os resíduos são classificados em três classes: perigosos (I), não inertes (II), e inertes (III).

Na classe I, estão os resíduos perigosos sob o ponto de vista da saúde pública e que devem ser dispostos em aterros especiais ou serem incinerados. Nesse grupo incluem-se materiais radioativos, alimentos ou medicamentos com validade vencida, resíduos de matadouros, substâncias inflamáveis, corrosivas, reativas, tóxicas e restos de embalagens de inseticidas e herbicidas empregadas na área rural.

Os resíduos não inertes, clas-

se II, são os resíduos que não apresentam periculosidade, mas podem apresentar combustibilidade, biodegradabilidade ou solubilidade em água. Já os resíduos inertes, classe III, são aqueles que, em contato com a água, não alteram os padrões de potabilidade da mesma.

Por falta de esclarecimento à população, materiais como pilhas, baterias de celulares, lâmpadas, tintas, solventes e até remédios vencidos são acumulados nas residências e no comércio e acabam

sendo dispostos junto com o lixo doméstico. Algumas substâncias tóxicas, listadas dentre os resíduos perigosos, não poderiam seguir para os aterros urbanos. Em geral, são consideradas resíduos industriais e, neste caso, cabe aos fabricantes a responsabilidade por sua correta destinação.

**Substâncias
tóxicas
acabam indo
para aterros
urbanos**



50 mil crianças vivem "no lixo e do lixo"

Segundo o Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância), existem hoje no Brasil 50 mil crianças vivendo "do lixo e no lixo". São meninos e meninas que realizam um trabalho cruel, para ganhar entre um e seis reais por dia. Muitos estão desnutridos e doentes. Sofrem de pneumonia, doenças de pele, febre, diarreia.

Em alguns lixões, 30% das crianças em idade escolar nunca foram à escola, porque precisam ajudar os pais.

Em 1998, foi criado o Fórum Nacional Lixo e Cidadania, tendo a Fenae como uma de suas entidades fundadoras. Esse

fórum passou a desenvolver a campanha "Criança no Lixo Nunca Mais", tendo como meta erradicar o trabalho infantil nos lixões, reduzir a mortalidade infantil e colocar todas as crianças na escola.

O programa Lixo e Cidadania prevê a geração de renda para as famílias de catadores através da coleta seletiva.

Outro objetivo é levar a bolsa-escola para as 17 mil famílias das crianças dos lixões, tarefa que conta com o envolvimento de empregados da Caixa em alguns estados, por intermédio das associações filiadas à Fenae.

municípios (de um total de 25) são encaminhados para um único aterro sanitário, cuja vida útil está muito próxima do fim.

Na região metropolitana de Fortaleza-CE, o lixão do Jungurussu funcionou por aproximadamente 20 anos, formando uma verdadeira pirâmide de lixo, sem qualquer controle ambiental e sanitário. Somente em 1998 entraram em operação outros três aterros sanitários metropolitanos, viabilizando sua desativação. Já o aterro de Gramacho, no Rio de Janeiro, de responsabilidade da Companhia Municipal de Limpeza Urbana (Comlurb), recebe diariamente 8.500 toneladas de resíduos.

Em 1995, o Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) realizou estudo no qual revela que 99% do lixo gerado em todo o país é depositado no solo - 76% a céu aberto, 13% em aterros controlados e 10% em aterros sanitários.

Aterros sanitários têm sido a alternativa para fim dos lixões

Os lixões esgotaram-se. Tanto por trazerem danos irreversíveis ao meio ambiente quanto por terem chegado à saturação também do ponto de vista físico. Não comportam mais resíduos e não podem ser abertos em outros lugares, sob pena de agravarem os problemas de saúde pública com a poluição do ar, dos solos e das águas.

No lugar dos lixões, a melhor solução que se tem no momento são os aterros sanitários. Para os especialistas no assunto, eles não são a alternativa ideal, mas devem continuar sendo utilizados por muito mais tempo no Brasil. Um dos principais motivos para isso é que o aterramento de resíduos tem custos mais baixos em relação a outras formas de destinação final. Pelos levantamentos dos empresários do setor, o custo desse procedimento pode ficar entre R\$ 150,00 e R\$ 300,00 por tonelada, dependendo do tipo de material. Já o co-

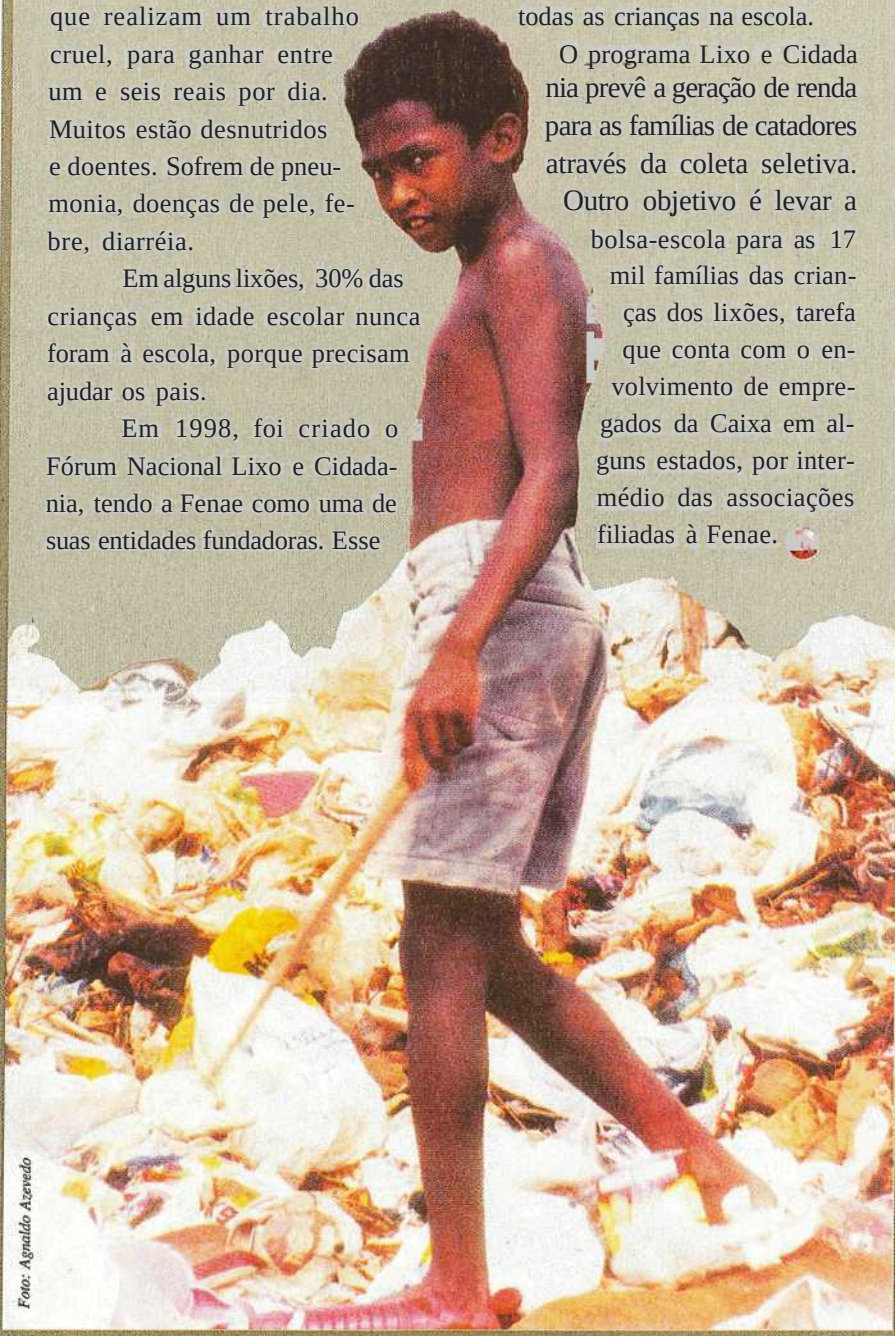


Foto: Agnaldo Azevedo



A reciclagem doméstica e o tratamento feito em usinas, como nesta do DF, ainda são processos pouco difundidos

processamento em fornos de cimento pode alcançar R\$ 500,00, nos casos de resíduos com baixo poder calorífico. A solução mais cara é o uso de incineradores, que atinge R\$ 2 mil por tonelada.

Na opinião de Eduardo Castagnari, presidente da Abrelp (Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública), o aterro sanitário deve ser entendido como uma "indústria de disposição de resíduos", mas sempre em conformidade com a legislação específica. Deve ser instalado em terreno com características geológicas favoráveis, estar a uma distância mínima de 20 quilômetros de núcleos habitacionais e fora de áreas de manancial, nascentes de rios e unidades de conservação.

Perspectiva ideal é redução do lixo produzido

De acordo com dados levantados em 1995, pelo Departamento de Limpeza Urbana de São Paulo, mais

de 50% de todo o lixo que a cidade produz diariamente é comida jogada fora. São cerca de oito mil toneladas de alimentos desperdiçados em casa, nas feiras e até nas escolas, onde a merenda vem se tornando cada vez mais escassa e mais disputada por crianças carentes.

Vivemos em uma sociedade do desperdício. E não haverá solução definitiva para o problema do lixo se não ocorrer uma mudança de mentalidade, um processo de conscientização capaz de fazer com que se reduza, de forma substancial, a quantidade de lixo que essa sociedade produz. É este, em síntese, o ponto de vista defendido pela Fundação OndAzul e inúmeras outras organizações não-governamentais ligadas à questão ambiental. A redução da quantidade de lixo, segundo advogam, exige uma "política industrial, comercial, comunitária e doméstica que pratique os chamados 'três erres': reduzir, reaproveitar e reciclar.

Contaminação que mata

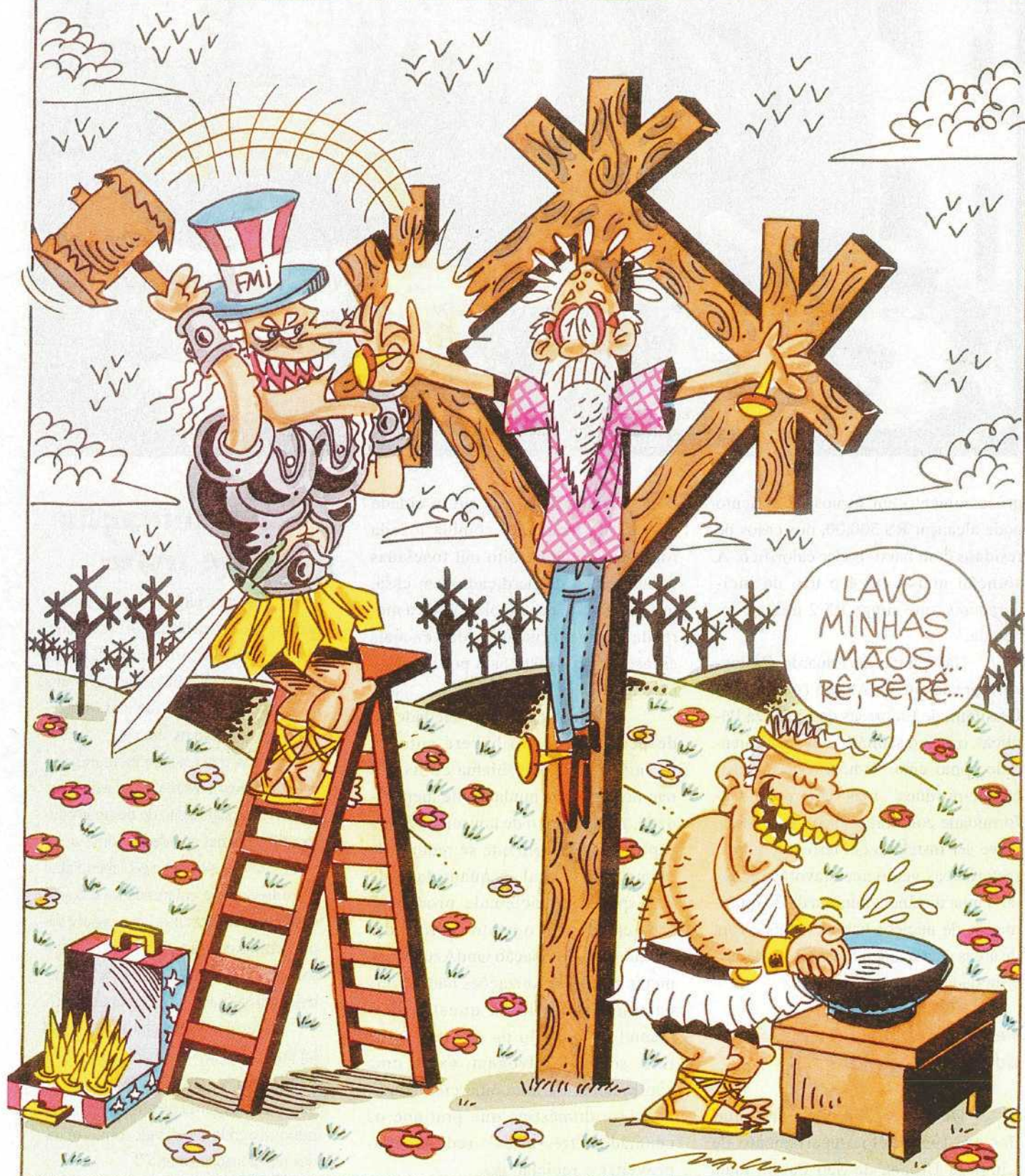
A matéria orgânica em decomposição nos lixões libera gases (metano, dióxido de carbono e outros) e chorume. O chorume é um líquido que contamina os solos e os recursos hídricos, problema agravado com os chuvas.

Nos resíduos domiciliares podem estar presentes metais pesados, que entram na constituição de muitos produtos utilizados nas atividades domésticas.

O lixo exposto a céu aberto atrai transmissores de enfermidades e expõe os catadores de garrafas, latas, papel e papelão à ação de objetos cortantes e às consequências da ingestão de alimentos deteriorados pela ação de microorganismos.

Na chamada Agenda 21 Global há uma declaração segundo a qual "5,2 milhões de pessoas, entre elas quatro milhões de crianças menores de cinco anos, morrem a cada ano devido a enfermidades relacionadas ao lixo".

FARISEU HENRIQUE CARDOSO



Nas grandes parcerias a gente descobre a força que tem.



Quando todos se unem em torno do mesmo propósito, tudo é mais rápido e eficaz. Com empresas não é diferente. As melhores e mais duradouras parcerias são aquelas que consideram sua estratégia inicial perfeitamente adaptável às necessidades do mercado. A CAIXA, a FENAE Corretora de Seguros e a CAIXA Seguros sempre somaram esforços para oferecer produtos cada vez mais ágeis e competitivos. Juntas, cuidam da comercialização e prestação de serviços especializados nos diversos segmentos de seguros, para proteção e garantia do patrimônio e vida de seus clientes. Com a mesma marca de parceria, modernidade e evolução. Da próxima vez que for escolher uma empresa de seguros, reforce a sua escolha: fique com três.

FENAE
CORRETORA DE SEGUROS

CAIXA | SEGUROS



FENAETUR

Sua viagem na melhor companhia

Ficou mais fácil viajar

Formas de
pagamento
5X sem juros

Florianópolis

Hotel Canasvieiras Praia

Saída de:	Valor *R\$
Belo Horizonte	813,00
Brasília	858,00
Curitiba	585,00
Goiânia	863,00
Porto Alegre	626,00
Rio de Janeiro	776,00
Salvador	1.004,00
São Paulo	689,00
Recife	1.096,00

Fortaleza

Hotel Magna Praia

Saída de:	Valor *R\$
Belo Horizonte	874,00
Brasília	763,00
Curitiba	972,00
Goiânia	842,00
Porto Alegre	1.040,00
Rio de Janeiro	904,00
Salvador	708,00
São Paulo	918,00
Recife	553,00

Foz do Iguaçu

Hotel Foz do Iguaçu

Saída de:	Valor *R\$
Belo Horizonte	658,00
Brasília	699,00
Curitiba	489,00
Goiânia	692,00
Porto Alegre	637,00
Rio de Janeiro	649,00
Salvador	848,00
São Paulo	562,00
Recife	952,00

Maceió

Hotel Ritz Praia

Saída de:	Valor *R\$
Belo Horizonte	716,00
Brasília	676,00
Curitiba	847,00
Goiânia	730,00
Porto Alegre	927,00
Rio de Janeiro	736,00
Salvador	459,00
São Paulo	791,00
Recife	367,00

Natal

Hotel Ocean View

Saída de:	Valor *R\$
Belo Horizonte	840,0
Brasília	819,00
Curitiba	956,00
Goiânia	859,00
Porto Alegre	1.031,00
Rio de Janeiro	852,00
Salvador	625,00
São Paulo	920,00
Recife	439,00

Porto Seguro

Hotel Porto Firme

Saída de:	Valor *R\$
Belo Horizonte	491,00
Brasília	655,00
Curitiba	673,00
Goiânia	705,00
Porto Alegre	765,00
Rio de Janeiro	570,00
Salvador	424,00
São Paulo	674,00
Recife	597,00

Recife

Hotel Recife Praia

Saída de:	Valor *R\$
Belo Horizonte	799,00
Brasília	761,00
Curitiba	923,00
Goiânia	817,00
Porto Alegre	996,00
Rio de Janeiro	812,00
Salvador	557,00
São Paulo	867,00

Rio de Janeiro

Hotel Lancaster Othon

Saída de:	Valor *R\$
Belo Horizonte	726,00
Brasília	855,00
Curitiba	824,00
Goiânia	889,00
Porto Alegre	929,00
Recife	1.059,00
Salvador	936,00
São Paulo	732,00

Os pacotes incluem

- Passagens aéreas ida/volta Transbrasil
07 noites de hospedagem com café
- Translados aeroporto/hotel/aero- porto+city
- Seguro de viagem+bolsa
- Preço por pessoa em apto DBL,
válidos para saídas 1/3/01 à
30/6/01
- Sujeitos a reajustes sem prévio aviso
e disponibilidade. (Exceto Feriados)

Fenaetur Viagens e Turismo Ltda, SHS Qd, 01 lojas 46/47 - Galeria Hotel Nacional - Brasília-DF

Telefone: (61) 321-4460/321-4830 Tool-Free: 0800-614050 E-mail: Fenaetur@fenaetur.org.br